

REVISTA

humanas

Nº 5 | OUT/24

CAMINHOS INCLUSIVOS

DOSSIÊ
**MOVIMENTOS
SOCIAIS**
MARCELO ZIG

UMDOIS
**A FORÇA MOTRIZ DO
MOVIMENTO NEGRO
NA CONSTRUÇÃO
DE UMA SOCIEDADE
DEMOCRÁTICA**
ADRIANO ROCHA

UMDOIS
**CONHECER
PARA INCLUIR**
MARIA ANTÔNIA GOULART

CONTO INÉDITO
**AYA: UM RIO
QUE RE-EXISTE**
MAYARA LA-ROCQUE

REPORTAGEM
**LABINCC E
OS CAMINHOS
DA INCLUSÃO
NA CIÊNCIA**
MONIQUE OLIVEIRA

BIOETC
**MAIS UM F,
POR FAVOR!**
REJANE NÓBREGA

UPLOAD
**CAMINHOS
INCLUSIVOS**
ANA PAULA SIMONACI

ENTREVISTA
EXCLUSIVA

**MARIA
TERESA
MANTOAN**

sesc

EDITORIAL

Damos as boas-vindas à mais recente edição da revista *Humanos*, que fecha o primeiro recorte curatorial com um tema que não apenas nos inspira, mas também nos desafia a repensar constantemente nossas abordagens e práticas educativas no Sesc RJ: a inclusão.

Ao longo destas seis edições, partimos do sujeito para trazer a perspectiva coletiva e, do coletivo e da consciência de ser o que somos, passamos pelos lugares que habitamos – do universo aos sonhos. Acreditamos que entender o sujeito em sua totalidade, considerando sua subjetividade, sua biologia e a sua prática social, é fundamental para compreendermos a inclusão em toda a sua extensão.

A inclusão vai além da mera presença de diversidade em um ambiente. É a garantia de que todas as pessoas, independentemente de sua história, gênero, etnia, orientação sexual ou habilidades, tenham igualdade de oportunidades, acolhimento e participação efetiva em todos os aspectos da sociedade.

A edição “Caminho Inclusivos” traz a reflexão sobre uma via dupla: o que nos conduz em direção à inclusão e para onde ela nos conduz? Para Paulo Freire, “ninguém caminha sem

aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”. Assim se faz a inclusão e assim seguimos orientados para alcançar a equidade, a integração na sociedade, a paz, ao respeito.

Comprometidos continuamente em amplificar as vozes e visões diversas, convidamos você a mergulhar nas páginas desta edição e a se inspirar com as histórias e ideias apresentadas, como a da Maria Teresa Mantoan, nossa entrevistada, que enfatiza a importância de uma mudança geral de mentalidade e a construção integral de uma sociedade mais inclusiva e anticapacitista. Em outra perspectiva, a coluna UmDois traz o texto do Adriano Rocha que nos conta sobre a importância dos movimentos identitários para inclusão, especificamente o Movimento Negro Educador brasileiro, que possui uma histórica e profunda trajetória marcada por conquistas que contribuíram significativamente na luta contra a discriminação racial que estruturam as relações sociais do nosso país. Em uma terceira abordagem, o LABinCC (Laboratório de Inclusão na Comunicação e na Ciência), na Universidade Estadual de Campinas, conta sua história: foi criado para pensar e produzir ferramentas de inclusão, tanto para garantir acesso ao conhecimento científico quanto para que diversos sujeitos consigam produzir ou participar da produção da ciência.

Aproveite esta jornada de descoberta e reflexão e junte-se a nós na busca contínua por uma educação inclusiva que inspire nossas trajetórias e uma sociedade mais equitativa e compassiva.

Tenha uma ótima leitura!

ANTONIO FLORENCIO DE QUEIROZ JUNIOR

Presidente do Conselho Regional do Sesc no Estado do Rio de Janeiro



SUMÁRIO

04

DOSSIÊ

Movimentos sociais, por
Marcelo Zig

08

ENTREVISTA

Em entrevista
exclusiva, a pedagoga
e doutora em Educação,
Maria Teresa Mantoan

18

bioETC

Mais um *f*, por favor!, por
Rejane Nóbrega

20

REPORTAGEM

LABinCC e os caminhos
da inclusão na ciência,
por Monique Oliveira

25

umDOIS

Um tema e duas colunas.

A força motriz do Movimento Negro
na construção de uma sociedade
democrática, por Adriano Rocha e
Conhecer para incluir, por
Maria Antônia Goulart

32

emREDE

Pesquisadores do mundo
contam sobre o fascínio pela
pesquisa e o impacto que
causaram em suas vidas

38

UPLOAD

Caminhos inclusivos, por
Ana Paula Simonaci

40

QUADRINHANDO

Quadrinhando traz a cada número
desenhistas convidados a seguir o
fio narrativo dos números anteriores,
criando uma obra aberta e coletiva.
Nesta edição: Juliana Loyola,
quadrinhista e ilustradora

44

CONTA-ME UM CONTO

Mayara La-Rocque traz, nesta
edição, o conto inédito
“Aya:um rio que re-existe”

46

DE OLHO NO SESC

Confira os projetos em
atividade no Sesc RJ

SOBRE A REVISTA

EQUIPE SESC RJ

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Luiz Assumpção Paranhos Velloso Júnior

DIRETOR DE PROGRAMAS SOCIAIS

Fernando Alves da Silva

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Heber Moura

GERENTE DE EDUCAÇÃO

Adriana Santos

GERENTE DE COMUNICAÇÃO

Rogério Rezende

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO EDITORIAL E EXECUTIVO

Ana Paula Simonaci Valentim

Rejane Nóbrega

DIREÇÃO DE ARTE

Victor Prado

Caio Rabello Muniz

IMAGEM DA CAPA

Beatriz Ortiz

REVISÃO

Paula Lessa e Lilian Aquino

REPORTAGEM

Ana Paula Simonaci

Adriano Rocha

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E MKT

Alessandra Barcelos

COORDENAÇÃO DE MÍDIAS DIGITAIS

Elisa Travalloni

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Ana Paula Simonaci — MTB 42350/RJ

A revista *Humanos* é uma publicação bimensal que surge da ideia do quão encantador é o conhecimento, apresentando pesquisas, cientistas, artistas, jornalistas, pensadores, coletivos e contextos a partir das interseções entre arte, ciência e tecnologia.

Com distribuição e acesso gratuitos das versões impressa e virtual, nosso objetivo, a cada edição, é apresentar ao leitor temas e discuti-los a partir de múltiplos olhares. Acreditamos que a circulação de informações e de novas ideias é fundamental e buscamos socializar a ciência nos diferentes campos do conhecimento, pois a educação científica traz novas e alegres sociabilidades.

O caráter sempre inovador do “conhecer”, a vontade de diálogo e a proposta para redes de temas e públicos exigem ampla pesquisa e dedicação do corpo editorial e de diversos convidados – intelectuais, cientistas e realizadores, tanto de trajetória extensa, como também de jovens pesquisadores.

As edições são compostas por perfis, contos inéditos, artigos, ensaios, dossiês de pesquisa e entrevistas. A revista busca manter o teor científico, de forma acessível, prezando por linguagem de qualidade, tanto textual quanto visualmente.

A revista *Humanos* é uma proposta da área de Educação do Sesc RJ. Temos a satisfação de trabalhar com a capilaridade do Sesc para ampliar a apropriação do conhecimento científico, possibilitando a alegria e o despertar para o fascínio inerente ao conhecimento.

BEM-VINDOS A BORDO!

A revista *Humanos* é uma publicação do Sesc Rio de Janeiro sob coordenação da Gerência de Educação e da Gerência de Comunicação. Distribuição gratuita. Nenhuma pessoa está autorizada a vender anúncios. Esta publicação está disponível no site:

www.revistahumanos.com.br

SESC RJ ARTE CIÊNCIA TECNOLOGIA

DOSSIÊ

MOVIMENTOS SOCIAIS

MARCELO ZIG

VOCÊ REALMENTE ENTENDE SOBRE O QUE OS MOVIMENTOS SOCIAIS SE POSICIONAM?

Quando uma pessoa diz que não tem preconceitos e que não discrimina outras pessoas a partir de uma ou mais características que as reúnem em grupos vulnerabilizados socialmente, certamente ainda não entendeu do que se trata o debate proposto pelos movimentos sociais. Muito provavelmente, ela entende que não ter preconceitos e discriminações é não chamar outras pessoas por um termo já reconhecido como pejorativo pelos movimentos sociais.

É óbvio que não utilizar de forma pejorativa uma ou mais características de outra pessoa para desqualificá-la enquanto indivíduo é um importante avanço no processo de desconstrução do preconceito e da discriminação. Entretanto, para que o seu posicionamento se efetive de fato na sociedade, é necessário entender que se trata do outro e não é apenas sobre ela.

Na verdade, o que essa pessoa precisa compreender é que a pauta dos movimentos sociais se dá a partir da compreensão de mecanismos estruturais e estruturantes que

determinam as oportunidades ou a falta delas, de acordo com o grupo social com o qual ela se identifica na sociedade.

Portanto, uma pessoa, quando diz que não é preconceituosa e que não discrimina outra pessoa, quer dizer que ela ainda não entendeu de fato o conteúdo e a abordagem das pautas dos movimentos sociais. Nesse sentido, é importante cumprir a travessia pelo caminho do letramento dessas pautas para ampliação da sua compreensão sobre a demanda que fundamenta a constituição desses movimentos.

Por exemplo, considerando a minha realidade enquanto uma pessoa com deficiência que utiliza cadeira de rodas: é bem provável que alguém que diz não ter preconceito e não discriminar a pessoa com deficiência sinta que não poderia me convidar para tomar um café na sua residência porque certamente não haverá acessibilidade suficiente para suportar a minha permanência no seu lar.

Com isso, eu estou dizendo que mesmo a pessoa desejando a minha presença e mesmo ela se posicionando como anticapacitista, ainda assim ela não poderá me receber na sua casa se considerarmos a falta de acessibilidade na maioria dos domicílios do país e principalmente nos banheiros dos lares brasileiros.

E sabe o que é mais interessante nessa constatação? É que quem define a condição para a pessoa poder ou não se relacionar comigo em sua própria residência não é ela, mas o capacitismo. Do mesmo modo que o capacitismo também vulnerabiliza a relação dessa pessoa com o seu lar, se considerarmos que a maioria da população de pessoas com deficiência do Brasil é formada por pessoas sem



Na verdade, o que essa pessoa precisa compreender é que a pauta dos movimentos sociais se dá a partir da compreensão de mecanismos estruturais e estruturantes que determinam as oportunidades ou a falta delas para a pessoa de acordo com o grupo social a que ela seja identificada na sociedade.”

deficiência que se tornaram pessoas com deficiência após uma doença, um acidente, uma violência ou após se tornarem pessoas idosas.

Ou seja, se ela se tornar uma pessoa com deficiência que utiliza cadeira de rodas por quaisquer das razões citadas anteriormente, o primeiro problema que ela enfrentará será a falta de acessibilidade no seu lar.

Disto conclui-se que as estruturas e as relações sociais não são concebidas prevendo a presença e a participação da pessoa com deficiência e quando as suas presenças são previstas, ocorrem de maneira a segregar as pessoas com deficiência em nichos exclusivos para elas.

Isso ocorre nas escolas especiais, nas parolimpíadas, nas poucas unidades acessibilizadas nos imóveis e até mesmo na tentativa de cumprimento da lei de atendimento prioritário.

COMO A SOCIEDADE REALIZA A LEI DE ATENDIMENTO PRIORITÁRIO?

Ela define um balcão, um caixa, um guichê específico para atendimento da pessoa com deficiência. Dessa forma, a sociedade diz para a pessoa com deficiência que ela pode participar daquele espaço específico, aponta para toda a sociedade que ali se trata de pessoas com deficiência. O pior de tudo é que, além de discriminar e segregar a pessoa com deficiência, a sociedade não consegue sequer realizar o atendimento prioritário porque quando se observa esses caixas, balcões ou guichês, geralmente se percebe uma fila interminável de prioridades.



Marcelo Zig. Crédito: Acervo pessoal.

Ora, eu posso estar enganado, mas penso que atendimento prioritário ocorre quando qualquer caixa, balcão ou guichê atenda a pessoa que faça jus à lei de atendimento prioritário assim que esteja disponível.

Entretanto, precisamos problematizar ainda mais essa prática da sociedade identificada nas escolas especiais, nas parolimpíadas, nos poucos imóveis acessibilizados e nos caixas, guichês e balcões de atendimento prioritário a partir do debate dos movimentos sociais para entendermos que esses mecanismos que a sociedade está celebrando por inclusão, na verdade, não são inclusão.

Se considerarmos a perspectiva da interseccionalidade, que reconhece que uma pessoa não é apenas um marcador social e sim a intersecção entre vários marcadores sociais, eu, como um homem negro com deficiência, reconheço a delimitação de espaços públicos e

privados para a participação social das pessoas com deficiência não como inclusão, mas sim como *apartheid*.

E é isto o que a sociedade está celebrando por inclusão. *Apartheid!*

O mesmo *apartheid* que normatiza a presença das pessoas negras nas relações servis da sociedade e a ausência dessas pessoas nos espaços de poder, mas não por falta de competência ou qualificação dessas pessoas, e sim por racismo.

O debate proposto pelos movimentos sociais e suas interseccionalidades é tão necessário e urgente na sociedade que mesmo eu sendo um homem negro com deficiência e que sofre racismo e capacitismo, não posso dizer que não sou uma pessoa preconceituosa, porque eu não

estou isento de praticar outras violências como machismo ou lgbtfobia com outras pessoas, por exemplo.

Por isso, é muito importante que principalmente a pessoa que ainda diz não ser preconceituosa e que não discrimina outras pessoas perceba que esse debate não é sobre individualidades e que ela precisa identificar primariamente a sua localização na geografia social para entender que, mesmo sem saber ou sem querer, ela pode perpetuar violências.



Crédito: Acervo pessoal.

QUEM É O AUTOR?

Marcelo Zig

É filósofo, palestrante, consultor de diversidade e inclusão, provocador social e ativista dos direitos humanos.

Idealizador do Projeto “Mergulho Cidadão”, campanha preventiva aos riscos da terceira causa de lesão medular por acidente no Brasil, fundador do coletivo de pessoas negras com deficiência Quilombo PcD, *speaker* do TEDx Pelourinho, curador do TEDx Salvador, primeira pessoa negra com deficiência mestre de cerimônia de um TEDx no planeta, mestre de Cerimônia do IV Congresso Mundial de Educação do Sesc/RJ, mestre de cerimônia do Primeiro Fórum Nordeste de Economia Circular, porta-voz da Inklua consultoria de recrutamento e seleção de pessoas com deficiência para o trabalho formal, colunista da Rádio Boa Nova/Guarulhos, coordenador pedagógico da formação em ativismo de direitos humanos para jovens lideranças com deficiência “Inclusive Nós”, painelistas do CONARH 2023, coidealizador da Primeira Parada do Orgulho da Pessoa com Deficiência do Brasil.

FIQUE POR DENTRO DENTRO DENTRO

CAPACITISMO

É toda forma de preconceito e discriminação da pessoa em razão da deficiência. Chamar alguém de forma pejorativa por causa da deficiência ou não promover os recursos de acessibilidade para o pertencimento social da pessoa com deficiência é crime previsto por lei e equiparado ao crime de racismo.

ANTICAPACITISMO

É toda ação que tem como perspectiva o reconhecimento da humanidade e cidadania da pessoa com deficiência, respeitando as especificidades do seu corpo.

ACESSIBILIDADE

São recursos que permitem a todas as pessoas (e não uma necessidade exclusiva da pessoa com deficiência) o acesso a espaços e ambientes da sociedade com autonomia e segurança.

MOVIMENTOS SOCIAIS

São ações coletivas mantidas por grupos organizados da sociedade que visam lutar por alguma causa social. Os movimentos sociais são de extrema importância para a formação de uma sociedade democrática e têm em vista possibilitar a inserção de cada vez mais pessoas na sociedade de direitos através da legitimação e da cidadania frente ao Estado.

PARALIMPÍADAS

Evento similar às olimpíadas em que as modalidades esportivas são protagonizadas por pessoas com deficiência.

APARTHEID

Foi o regime político que definia os espaços em que as pessoas negras poderiam ocupar na África do Sul. A segregação de pessoas negras na África do Sul foi oficializada como política de governo em 1948 com o pastor protestante Daniel François Malan e durou até 1994 com a eleição de Nelson Mandela para a presidência do país.

ENTREVISTA

Nesta entrevista, temos o privilégio de dialogar com Maria Teresa Mantoan, uma renomada educadora e filósofa da educação que, ao longo de sua carreira, tem se dedicado a refletir sobre os desafios e as possibilidades da inclusão na educação contemporânea. Sua abordagem filosófica se distingue por uma crítica à modernidade, alinhada com o pensamento de teóricos como Stuart Hall, Félix Guattari e Gilles Deleuze. Mantoan explora como essas perspectivas podem iluminar as estruturas sociais e educacionais que moldam nossas práticas e nossas identidades.

Maria Teresa Mantoan nos convida a explorar conceitos fundamentais como identidade, diferença e respeito, propondo uma análise profunda das dinâmicas que impactam a educação.

Neste contexto, a conversa aborda a necessidade de uma mudança paradigmática no sistema educacional, questionando as diretrizes curriculares e os métodos de avaliação que, muitas vezes, não contemplam a diversidade e a complexidade do ser humano. Mantoan nos instiga a refletir sobre o papel da filosofia na educação, sugerindo que ela pode nos ajudar a entender não apenas as questões técnicas, mas também as profundas implicações éticas de nosso trabalho como educadores.

BIOGRAFIA

Maria Teresa Egler Mantoan é uma educadora brasileira amplamente reconhecida por sua dedicação à inclusão educacional e à defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Formada em Pedagogia e Psicologia, ela se doutorou em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde é docente desde 1988 e coordena o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED). Sua trajetória é marcada por contribuições significativas, incluindo a redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, que promoveu a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional brasileiro. Mantoan destaca a importância de práticas pedagógicas que respeitem as diferenças individuais e tem atuado como consultora em órgãos nacionais e internacionais, buscando implementar políticas inclusivas. Em reconhecimento ao seu trabalho, foi agraciada com a Ordem Nacional do Mérito Educacional, tornando-se uma referência essencial na luta pela inclusão no cenário educacional brasileiro. Seu legado continua a impactar positivamente a formação de profissionais em todo o país, sempre com a convicção de que “educar é uma tarefa para pessoas gigantes”.

VISTA



MARIA TERESA MANTOAN

Crédito: Antoninho Perri.

“ Com tudo isso, quero dizer que educar para uma sociedade inclusiva, democrática, é nossa tarefa de pais e professores. Somos educadores e recai sobre nós essa responsabilidade. Então pergunto: estamos, de fato, fazendo o nosso papel?”

Qual conselho você daria para os professores que estão lidando com desafios de inclusão hoje?

Eu não daria conselhos, mas, como farei aqui, destacaria algumas situações que fazem parte da minha história como professora e que podem fazê-los pensar a respeito. Uma delas, e a mais desafiadora, é a de que é nosso dever receber os alunos nas nossas salas de aula tais quais eles são, sem a pretensão de predefini-los ou redefini-los, por este ou aquele atributo. É nosso dever hospedá-los e respeitá-los nas suas intenções, curiosidades, pontos de vista sobre quaisquer conteúdos de ensino. Deixá-los expressar o que já sabem e dizer o que querem saber mais; fazer perguntas, expor suas ideias, soluções. A criança, o jovem

“Acredito que somos seres que não se repetem e mais, seres que vão se transformando no decorrer de encontros, de momentos de transformação que nos acontecem. Eis aí uma outra maneira de entender como ser um professor inclusivo.”

são pesquisadores natos! Como aquele bebê que põe o dedinho na tomada...

O ambiente escolar, a sala de aula, como espaços de convivência e de cooperação, precisam tratar naturalmente disciplinas curriculares, sem aquelas tensões e uniformizações de respostas, competências e habilidades que visam atender às exigências das avaliações nacionais e internacionais.

Todos os alunos trazem para a escola os seus saberes, suas capacidades. E sempre haverá ganhos, quando não forem sujeitados a dar respostas tidas como as únicas e esperadas para atestar estritamente se aprenderam ou não um conteúdo curricular. Todos temos o direito de testar o mundo que nos cerca e a criança, o jovem, especialmente, são afeitos a descobertas, invenções que os professores têm a obrigação de ofício de acolher e de valorizar.

A escola inclusiva trabalha assim, sem comparar as aptidões dos alunos para esta ou aquela disciplina, sem definir quem consegue ou não realizar uma atividade, resolver um problema. Ser livre para aprender é poder expressar o que se entendeu pelo que se conseguiu buscar a sós ou com outrem; é poder expressar esse conhecimento das mais variadas formas. Essa liberdade é fruto de possibilidades que oferecemos na família e na escola, desde cedo, às novas gerações, exatamente para que elas não aprendam a se submeter e, então, fiquem ao Deus dará. Com tudo isso, quero dizer que educar para uma sociedade

inclusiva, democrática, é nossa tarefa de pais e professores. Somos educadores e recai sobre nós essa responsabilidade. Então pergunto: estamos, de fato, fazendo o nosso papel? Eu escrevi um livro recentemente. Ele se intitula *A escola que queremos para todos*. Nele procuro detalhar como trabalhamos de modo a propiciar um ambiente escolar inclusivo. Muitos professores têm me procurado para dizer que uma educação para todos, que não diferencia o ensino para alguns, adaptando conteúdos curriculares, facilitando atividades e outras formas de discriminação, é o modo mais natural e o mais fácil de se ensinar. E eles parecem ter entendido bem a lição... Outros professores do ensino básico com quem conversei sobre o livro referiram que se surpreenderam com seus alunos, ao darem respostas autênticas às atividades apresentadas para estudar um determinado conteúdo. O ambiente de trabalho livrou-se das tensões anteriores, quando a intenção era que todos chegassem às mesmas respostas. As relações na sala de aula mudaram muito e para melhor, disse-me uma das professoras que me procuraram.

Uma escola inclusiva não tem um único livro indicado para o aluno aprender, reproduzindo o que nele se encerra – um livro que o “bom aluno” tem de decorar, sem dar sentido ao que nele lê. Nas salas de aula, na biblioteca, essa escola dispõe de muitos textos de estudo, contos, histórias e disponibiliza-os livremente a todos.

Aprendi, na minha trajetória educacional, o que está nas bases legais da inclusão no Brasil: a educação é direito de todos e esse direito deve visar ao desenvolvimento pleno da pessoa. Ele será efetivado mediante o acesso aos mais elevados níveis de ensino, segundo a capacidade de cada um (Constituição Federal de 1988). Por esse preceito, é dever da escola e da família garantir o direito à educação de todos, indistintamente. O direito à educação não define uma média de conhecimento a ser alcançada por um aluno ou turma. A escola inclusiva, portanto, está definida pela nossa legislação, o que não é comum a todos os países!

Eu percebi desde os primeiros anos de magistério que os alunos, em geral, não encontram sentido na grande maioria dos assuntos que estão estudando nas escolas. Uma criança me disse abertamente: “eu não tenho interesse em estudar a maior parte das coisas que a escola ensina; porque tenho de responder do jeito que a professora quer nas provas, nas lições. Eu tenho outras respostas e ideias para responder às mesmas perguntas. Às vezes, tenho até mais coisas a dizer do que as que a professora exige. Mas acho melhor eu não ser do contra e decorar a matéria para a prova. Mais tarde, quando eu tiver possibilidade de pensar sozinho, eu penso e digo.” Eu, então, lhe alertei: “tome muito cuidado, porque você pode se viciar nesse seu jeito de resolver a situação e acabar perdendo a confiança naquilo que você pensa, diz e faz.” Ele pareceu preocupado com o que eu lhe disse. O menino só tinha

11 anos e acrescentou: “é verdade. Eu posso me acostumar a dizer só o que os outros pensam e acham por aí.”

Tenho ainda muitas passagens que vivi e que hoje eu reconheço como pertinentes ao que se espera de uma professora ou professor inclusivos. Quero me referir à autenticidade que devemos ter no desempenho de nossas funções, e ser autêntico tem a ver com o modo peculiar de cada um de nós ver, compreender as coisas, o mundo que nos cerca e de dizer sobre tudo isso. Mas de dizer por nós mesmos, de modo unívoco e jamais definitivo. E como chegamos a essa compreensão de que ela não é definitiva, que se multiplica em outras, ilimitadamente, no transcurso de nossa existência? Complicado, né? Acredito que somos seres que não se repetem e mais, seres que vão se transformando no decorrer de encontros, de momentos de transformação que nos acontecem. Eis aí uma outra maneira de entender como ser um professor inclusivo, requisito sem o qual não conseguimos fazer frente aos desafios da inclusão. Esse modo de ser eu aprendi com as filosofias da diferença, com Deleuze, Guattari, Tadeu da Silva, Pierucci, Foucault e tantos mais. Tais estudos contribuíram e ainda contribuem para que eu possa defender meu ponto de vista inclusivo, diante de tantas provocações que outras formas de entender o sentido da educação que se cruzam por aí. Ao longo de meus estudos e do tempo em que tenho exercido meu trabalho como professora, desde os meus primeiros anos, no ensino básico, até este momento, no ensino superior, defendo que toda escola passa a ser o que é, uma instituição de ensino, quando institui o seu próprio projeto pedagógico e político. A escola inclusiva não é uma exceção. A elaboração de um projeto pedagógico acompanha o entendimento que defendo sobre a singularidade de cada pessoa de ver as coisas, de entendê-las, mas sempre... provisoriamente. Tal como um ser humano, o projeto pedagógico, ele é diferente de qualquer outro, de escola para escola. Não se repete, é singular, multiplica-se a

cada acontecimento que o faça retornar diferentemente, transformando-se indefinidamente, enquanto está em vigência. Já é tempo de reconhecermos e trabalharmos no sentido de implementar, de fato, uma escola brasileira inclusiva. Eu tenho estado impaciente, porque está demorando muito para que as mudanças trazidas pela inclusão escolar sejam compreendidas e aconteçam na nossa escola.

O Brasil tem as condições legais (Constituição, LDB) ideais para fazer essa reviravolta. Reflito muito sobre a dificuldade de assumirmos essa virada inclusiva da nossa escola, que a faria mais justa, democrática, e a nós, seus professores, para que nos tornemos mais conscientes do papel que representamos hoje e no futuro de nossos alunos, de nosso país. Tento compreender o que nos faz tão arraigados a um ofício do qual não nos sentimos mais tão satisfeitos. Queremos o respeito da sociedade, dos governantes, precisamos recuperar o valor, a alta consideração que tivemos em outros tempos. No meu modo de entender, a maioria das pessoas que fazem parte da escola, em todos os seus escalões e mais diretamente no nosso, de professores, não estão satisfeitos com a escola que temos hoje e com o seu formato e funcionamento. Todos sabemos o que estamos passando no momento, no ensino público e particular, com a invasão das empresas de educação e seus pacotes de ensino, com a ênfase na aprendizagem dos alunos com vistas a melhorar as notas dos países nas avaliações internacionais, a condução do processo educacional que transforma o diretor em gestor, o professor em instrutor, o aluno em consumidor e a aprendizagem em mercadoria. Penso que nós, professores, reconhecemos esse quadro situacional e suas mazelas, mas, ao mesmo tempo, nos sentimos intimidados para trilhar outros caminhos educacionais que possam nos levar a confrontar a escola que temos com uma escola para todos, inclusiva e garantidora do direito incondicional à educação. Faz 60 anos que eu sou professora. Eu comecei a dar aula na década de 60 e permaneci nos cinco primeiros anos em uma sala de aula dita seriada – tinha crianças de todas as idades. Eu aprendi a dar aula assim. E não sei fazer de outro jeito. Naquele tempo não tinha ainda me graduado em Pedagogia, nem estudado as filosofias da diferença, mas o contato, a aproximação que sempre tive com meus alunos e com as escolas me diziam que a tendência pela massificação do ensino era a meta dos sistemas educacionais. Por outro lado, a diferença de cada aluno estava patente para mim em seus diferentes modos de aprender, de dizer de si e do mundo, que eram personalíssimos e intransferíveis. Há sempre um ponto de partida, ou seja, o que um dado conteúdo significa para alguém, fruto de suas aproximações, do entendimento, importância, sentido, interesse de cada pessoa. Esse, a meu ver, sempre foi o meu ponto de partida para ensinar. Não adianta você dizer para uma turma de alunos de onde vem a eletricidade, se é isso, se é aquilo... Você tem que aguardar a criança

fazer essa imersão em si mesma com relação ao assunto, como ponto de partida. Na minha percepção, nem os professores, antes de ensinar um dado conteúdo, fazem, eles próprios, essa mesma imersão. Vem tudo pronto nos livros, manuais, nas apostilas. A universidade nos faz professores do mesmo jeito que aprendemos a ser com os alunos do ensino básico. Nas disciplinas da graduação e da pós-graduação em Educação, onde atuo, percebo que há uma pretensa liberdade de analisar os textos, as questões e de trazeremos assuntos pertinentes ao que estamos estudando nas aulas. O tempo reservado para os estágios é desproporcional ao das demais matérias do currículo. E outras peculiaridades persistem levando-nos a concluir que não temos uma formação que nos encaminha para uma prática, que revele atualização e compromisso com novos propósitos e projetos educacionais, como é o caso da inclusão em um mundo que se pretende sustentável. Entre os Sete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU está a Educação, cujos fins visam fazer dos alunos agentes de transformação da sociedade.

A escola inclusiva se encaixa neles, perfeitamente.

Outro ponto que quero destacar refere-se à avaliação escolar. A escola inclusiva é a escola que prevê a autoavaliação da aprendizagem do aluno conjugada à autoavaliação que o professor faz do seu modo de ensinar. Elas se combinam, se esclarecem entre si para chegarem a resultados, sempre provisórios, mas que revelam, pouco a pouco em que direção ambos estão avançando ou precisam mudar de rota. Por que o professor tem sempre a palavra final sobre o aproveitamento de cada aluno? Por que é o aluno o único a ser avaliado no processo escolar?

Na escola inclusiva, qualquer item curricular tem para cada aluno uma história específica de entendimento e uma relevância pelo assunto tratado, que nós, os professores, temos de acolher. A ascendência e verticalização do

papel do professor e do papel do aluno se anulam quando se admite a emancipação intelectual, própria de todo ser humano. Saber mais, não é ser mais. Daí a avaliação educacional ser uma combinação de julgamentos e de entendimentos que garantem a ambas as partes a possibilidade de não ser válido o poder onipotente do avaliador.

Quanto à didática, gostaria de recomendar um vídeo que está disponível no *YouTube* e que se refere a uma aula que dei para um grupo de alunos da USP. Nesse vídeo, eu deixo claro que não existe uma didática (no sentido que a entendemos na maioria das interpretações sobre essa disciplina) quando se trata de uma educação para todos. O aprender e o ensinar são ações locais, circunstanciais e individualizadas. Como, então, concordar com um método de ensino que agora está na moda, defendido em artigos, palestras e cursos sobre educação inclusiva – o Desenho Universal da Aprendizagem? A aprendizagem teria um desenho universalizado ou universalizável? Sabemos que há tantos desenhos para se ensinar e tantos para se aprender um dado conteúdo quanto pessoas que o ensinam e o aprendem, nos diferentes momentos em que esses processos acontecem.

Outro ponto importante quando queremos entender as mudanças trazidas por uma educação inclusiva refere-se à escala hierarquicamente constituída pelos que atuam diretamente nas escolas e os que estão fora delas. O poder, nos estudos foucaultianos, não se impõe unicamente de modo onipotente. Ele também pode ser compartilhado, onipresente. Na sala de aula, o professor repete com os alunos o mesmo assujeitamento a que ele próprio se submete em relação a todo um grupo de pessoas que compõem o organograma hierarquicamente constituído para definir o poder dos sistemas de ensino. E no qual são muitos os locados acima dele! A cultura escolar é de opressão e de submissão dos mais baixos pelos mais altos postos da hierarquia escolar e educacional. Por onde, então, começar? Com que táticas driblar esse poder, a não ser começando pela própria sala de aula? A escola inclusiva, por seu caráter eminentemente democrático, mantém-se e se aprimora pelo exercício de um poder democraticamente exercido nas situações as mais corriqueiras e as mais relevantes da sala de aula e dos enredos que nela se produzem e se reproduzem entre o professor e os alunos e os alunos entre si. Esse exercício, a meu ver, é essencial para que se possa introduzir as inovações trazidas pela inclusão escolar. É uma conquista gradual, mas que se enraíza na educação em todos os seus níveis. Como verdadeiros rizomas – aquelas raízes rasteiras das gramíneas, que vão serpenteando, se esparramam e invadem todo o terreno, que, no caso, é o próprio sistema educacional. Essa invasão gradativa faz com que o poder seja conquistado por caminhos aparentemente desordenados, mas fortes o suficiente para garantir posições outrora impossíveis de

serem galgadas e que atingem e enfraquecem os escalões mais altos da organização escolar. A conquista de uma escola para todos começa, então, nas salas de aula, com os professores e adquire resistência quando provinda do entrelaçamento e da horizontalidade de forças que vêm da base e que, portanto, são as mais comprometidas e envolvidas nas mudanças de todo tipo, dentro e fora das escolas.

Os professores, no geral, parecem que se sentem impedidos de enfrentar o poder que está acima de sua função. Eles agem assim, quem sabe, porque conhecem a força que resulta da sua própria onipotência frente aos alunos de sua turma. Então se recolhem.

Ao longo do seu trabalho, você menciona o conceito de Jacques Derrida de hospitalidade. Em sua palestra do TEDx, cita que a hospitalidade “se dá ao outro antes que ele se identifique, antes mesmo que ele seja posto ou suposto como sujeito de direito”. Você pensa que uma sociedade incondicionalmente hospitaleira é possível?

Eu não apenas acredito como me empenho para conseguirmos chegar lá. A inclusão aponta para um avanço, um marco civilizatório de grande relevância, porque se fundamenta na subjetividade, na singularidade humana, indo além das lutas identitárias, tão fortes em nossos dias. Embora não se oponha a esses movimentos, a inclusão tem como fundo a diferença em si de cada um de nós, que não é comparada, representada, medida. A diferença em si, questão de base da inclusão, é multiplicativa, está sempre devindo, e se modificando. A diversidade humana, razão das lutas identitárias, tem a ver com o diverso, com diferenças externas das pessoas, que podem ser mensuradas, ordenadas, agrupadas segundo um ou outro atributo. Derivada das lutas identitárias, há ainda a possibilidade da normalização, que eleger uma identidade como sendo a “normal”, aquela que tem todas as características desejáveis, ou seja, “a” identidade e não



Maria Teresa Mantoan. Crédito: Antoninho Perri

“uma” dentre muitas. Esse processo define a identidade que tem todos os atributos naturais, positivos, como ocorre com o aluno ideal, por exemplo, é visível na escola; a inclusão se opõe a essa eleição arbitrária de um modelo identitário e com isso, vai contra a todo o poder que eleger uma identidade, a partir da qual as demais se hierarquizam. A inclusão não se faz por inserção de identidades diferentes em um dado grupo, ela não rotula, não captura, não hierarquiza e nem define quem é o outro por atributos externos. Na escola, os alunos não são incluídos por serem deficientes, indígenas, brancos e quaisquer outros conjuntos humanos passíveis de serem agrupados por características externas. A escola, em sendo inclusiva, hospeda todos, indistintamente. Trata-se de um desafio, que a eleva ao nível de avanço da humanidade, do mundo civilizado. E enquanto não alcançamos esse patamar de compreensão da diferença em si de cada um de nós, nesse degrau de compreensão de nós mesmos e do outro, entender uma sociedade para todos, sem quaisquer formas de se agrupar pessoas por um dado atributo, ou por vários, é provocador e ao mesmo tempo exige paciência e muito trabalho. E assim temos caminhado, avançando pouco a pouco, mas decididamente contra o dito capacitismo e outras mazelas que persistem no caminho em direção a uma sociedade verdadeiramente democrática e para todos.

Então, respondendo à sua pergunta, há que se empenhar, diuturnamente para avançar, num projeto inclusivo de escola, de sociedade.

Espero que eu tenha podido esclarecer o que é diversidade e diferença em si, no contexto de uma sociedade para todos. Por tudo isso é que a escola inclusiva não escolhe seus alunos. Ela é incondicionalmente hospitaleira, no sentido que lhe atribui Derrida. Em outras palavras, a escola para todos não forma grupinhos dos mais capazes, dos que não conseguem acompanhar as tarefas; daqueles que sabem ler bem, daqueles que se dão bem com a matemática... E que são bons em história. Isso tem a ver com identidades fixadas num ou em outro atributo. Vem daí as pessoas buscarem um rótulo para se apresentarem e viverem em torno dele.

Por tudo isso eu tenho trabalhado sem descanso. Como professora, meu ofício é fazer dos mais novos pessoas que consigam superar o que possa negar a nossa singularidade e seu valor, na sociedade dos humanos.

Tem três eixos que você costuma falar muito, que são acesso, permanência e participação na escola. Você pensa que as escolas no Brasil têm se movido para atender a esses pilares?

Temos caminhado muito devagar nesse sentido. Eu tinha a esperança de que no governo atual o MEC apresentasse uma proposta educacional compatível com avanços propostos pela inclusão e garantisse que esses três eixos, acesso, permanência e participação, fossem privilegiados para todos os alunos nas nossas escolas. Porque esses três eixos não se aplicam exclusivamente a alunos da Educação Especial, mas a todo o sistema educacional.

Na Política Nacional de Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEE-PEI (MEC/2008), o Atendimento Educacional Especializado – AEE é um serviço cujo professor tem a incumbência de remover barreiras físicas, atitudinais, comunicacionais e linguísticas que impedem o acesso, a permanência e a participação dos alunos da Educação Especial nas escolas comuns e demais ambientes em que circulam. O AEE segue o que foi procla-

mado pela Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, em 2007, e adicionada à nossa Constituição, em 2009. Mas atenção para o fato de que essas barreiras não incluem as que se referem ao aprendizado de conteúdos escolares! Que fique claro que retirar barreiras de acesso aos tópicos curriculares não é da incumbência do professor de AEE. Adaptações curriculares, facilitação de atividades e outras medidas referentes aos processos de ensino e de aprendizagem não são de sua alçada e competência. Portanto, planos de ensino individualizados – PEI, flexibilização curricular e outros arranjos que infelizmente temos observado com frequência nas escolas, assim como professor de apoio para garantir o aprendizado de alunos da Educação Especial, métodos específicos para alfabetização e outros mais não cabem nas atribuições do professor de AEE e não são da incumbência da Educação Especial. Na escola, inclusão e ensino é atribuição exclusiva do professor responsável pela turma ou disciplina.

As diretrizes curriculares também?

Como pretendi nessas respostas, identidade, diferença, quem é o outro, inclusão, são problemas sociais, mas, ao mesmo tempo, um problema pedagógico e curricular. Esse outro, que se expressa por múltiplas dimensões, que se expressa e é representado por diversas maneiras, tantas quantos forem os atributos, os caracteres pelos quais possa ser identificado de fora.

O problema em torno dos princípios, temas e objetivos de ensino e aprendizagem apresentados no documento Base Nacional Comum Curricular da BNCC/MEC-2017 tem a ver com outros pontos conflitantes presentes nos processos de construção de textos educacionais, evidenciando a tensão entre o compromisso com a eficiência, a cultura empreendedora e o compromisso com a justiça social, a reflexão crítica e a atenção aos valores de inclusão, direitos humanos e sustentabilidade socioambiental.

Quanto aos conceitos de diferença, diversidade e inclusão utilizados nesse documento, considero que cabe a respeito um questionamento quanto ao entendimento dos princípios e das diretrizes que orientam a discussão do currículo escolar, na perspectiva de uma escola brasileira para todos. Sobre a diversidade e a diferença, como já comentamos anteriormente, é necessário entender que são conceitos de natureza distinta que, embora não sejam antagônicos, podem assumir perspectivas contraditórias ou opostas.

A diferença se furta a qualquer tipo de modelo, linearidade ou regra rígida ao pensar, quebrando com o conceito de ela que é externa ao ser. Como já nos referimos, a diferença não tem base em critérios de identidade e de semelhança e rejeita todo modelo pré-determinado do idêntico, do mesmo.

Essa discussão sobre a diversidade e as diferenças e sua interface com a elaboração de políticas e diretrizes educacionais precisariam estar presentes nas BNCC com a ênfase e profundidade desejáveis. Ainda há que se considerar o conceito de inclusão escolar, que não se resume à garantia da educação regular para estudantes da Educação Especial. Nessas propostas, orientadas pela BNCC e demais documentos, os Estados e Municípios precisam encontrar nelas, com toda a clareza e pertinência, o que representa um ensino para todos. A inclusão não se caracteriza apenas por iniciativas de professores ou gestores, por materiais pedagógicos e metodologias específicas, mas diz respeito à transformação dos sistemas de ensino para assegurar o direito de todos/as aqueles/as excluídos na educação. Um nível de mudança que não se alcança a partir de movimentos que visam a uma dada identidade. Requer orientações mais precisas para que a nossa educação consiga combater a formação das desvantagens e dos privilégios de alguns e transformem as intersecções pobreza, gênero, raça, etnia, deficiência, identidade de gênero e outras em elos que auxiliem identificar e interromper a produção das exclusões.

A escola ensina, mas a aprendizagem ela não controla. Uma base curricular instituída nacionalmente não garante em si o direito à aprendizagem de cada aluno. O direito de a pessoa aprender implica no que para ela tem sentido e não o que tem sentido para escola.

Como já tratamos mais acima, as competências e habilidades curriculares, como definidas na BNCC, têm a ver com um sujeito universal. Ocorre que somos sujeitos singulares, que não se repetem... Então, como avaliar por um sujeito universal, um sujeito que é singular?

A gente está andando na contramão da história... Ou melhor, não estamos andando na contramão da história. Nós estamos andando para frente. Estamos vivendo em tempos pós-modernos, mas ainda educamos nossos jovens e crianças por modelos delineados, padrões, ídolos, influencers.



A escola ensina, mas a aprendizagem, ela não controla. Uma base curricular instituída nacionalmente não garante em si o direito à aprendizagem de cada aluno. O direito de a pessoa aprender implica no que para ela tem sentido e não o que tem sentido para escola.”

Tudo isso é muito complexo e alimenta ebulições muito centralizadas/centralizadoras no momento. Se as pessoas estivessem todas reunidas no sentido de provocar mudanças sociais mais amplas, como a inclusão, por exemplo, quem sabe teríamos feito mais, em menos tempo.

Poderíamos dizer que se trata de uma questão filosófica?

Eu não sou uma filósofa – mas eu tenho necessidade de estudar filosofia, entender filosoficamente o que está por detrás de todos esses movimentos, para poder ter com o que explicar o que está na base da inclusão. Porque a filosofia dá conta de coisas que a ciência não dá. Não que a ciência seja menor, mas cada uma dentro da sua condição. Por exemplo, a filosofia da educação brasileira está comprometida com uma visão crítica de educação. E a inclusão é uma proposta pós-crítica. É difícil para nós fazer a defesa da inclusão em um ambiente educacional que converge para uma concepção filosófica diferente. Compreende? Por exemplo, a nossa filosofia da educação é uma filosofia da educação que está comprometida com uma visão crítica de educação e não pós-crítica. É uma visão crítica de educação que tem a ver com essas identidades dentro da sala de aula, esses modelos todos separados. É duro, isso é. Há muita gente que faz isso. Não é questão de ser contra, é demonstrar, como eu falei no início, que a inclusão ultrapassa o entendimento que nós estamos tendo hoje do que deve ser uma sociedade democrática.

Infelizmente, nós estamos vivendo um período muito duro, porque é muito mais fácil você explicar coisas que não vão a fundo do que explicar aquilo que, de fato, vai ocasionar um avanço civilizatório. Sim, precisamos da filosofia.



Acho que o respeito nos é devido pelo que somos – seres unívocos e membros de uma sociedade que nos considera como pessoas dignas de respeito.”

Inclusão é sobretudo sobre respeito?

A inclusão implica o respeito à dignidade humana, o respeito a direitos individuais e coletivos que conquistamos e que não têm retorno. É respeito à dignidade de cada ser e não a características que esses seres lançam mão para serem considerados seres dignos. Nós não precisamos ter o reconhecimento do nosso gênero, por exemplo, para sermos dignos como pessoa. Isso que é importantíssimo entender do movimento inclusivo e é muito difícil porque também vai de encontro sabem a quê? A tudo aquilo que de certa maneira interessa ainda ao mundo e à escola, principalmente de se trabalhar especificamente com determinados grupos a partir de determinadas características. E isso passa até a ser um mercado muito vantajoso para algumas pessoas... “Eu só trabalho com autistas. Eu me especializei em pessoas com deficiência intelectual. Eu só trabalho com a cultura negra, com o feminismo. E a pessoas por detrás desses rótulos? Reduz-se a quê?

O que interessa no movimento inclusivo é o que essa pessoa é – um ser que não se repete, que se multiplica é incomparável.

Para você, o que é o sujeito? Quais são essas diferenças infinitas e como a gente pode lidar melhor com elas?

Eu não me refiro a um ser humano como um sujeito, apenas. Eu me refiro a cada ser humano. A esse ser que tem que ser melhor

compreendido na sua dimensão mais ampla, mais complexa do que qualquer marca identitária – a sua subjetividade. E que o torna, portanto, um ser muito mais, muito maior do que qualquer outras característica/s que têm sido utilizadas para identificá-lo. Os seres humanos não são representáveis. Não há um modelo de um ser humano. Não há um modelo porque os modelos têm a ver com comparações. Os modelos, repito, têm a ver com características externas e ser humano é esse ser que é muito difícil de ser capturado pelo outro, então não há como você capturar um ser para definir. Porque ele está sempre se multiplicando, ele está sempre se diferenciando.

Isso tem muito a ver com a filosofia nômade, as filosofias da diferença, como a que se aprende com Gilles Deleuze, com Félix Guattari e outros. Nós não trabalhamos entendendo a humanidade como sendo plural, porque plural tem a ver com o diverso. Uma sociedade plural é a sociedade que muita gente está querendo, de qualquer maneira, reconhecer ou que seja reconhecida, mas dá na mesma, porque ela continua sendo uma sociedade que admite modelos, que admite um assujeitamento do próprio sujeito em relação à sua identidade, às suas características externas. É complicado, mas é preciso que a gente deixe bem claro o que é a inclusão. É maravilhoso e é tão simples, né? Muito mais simples do que você ficar em lutas por identidade.

Como a gente fala também de minorias oprimidas, você não acha que essas lutas são uma luta para chegar em um lugar e exigir respeito?

Acho que o respeito nos é devido pelo que somos – seres unívocos e membros de uma sociedade que nos considera como pessoas dignas de respeito. As lutas das minorias oprimidas têm palco nas escolas inclusivas, mas num escopo mais amplo, em que é preciso aprender a ver no outro não apenas por determinadas características físicas, históricas e culturais. Alguém que está ali, que não é a repetição de ninguém, que não tem nada que o faça assemelhar-se a algum modelo que a gente possa criar através de uma diferença externa.

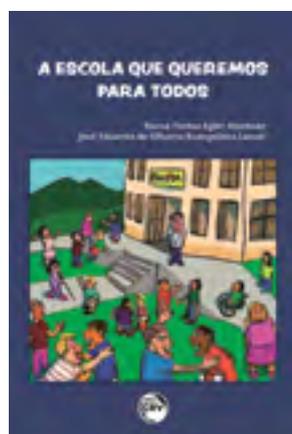
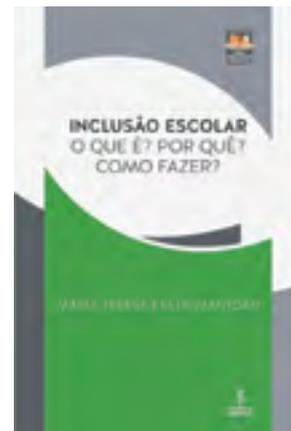
Você acha que é possível educar para o respeito ao outro?

Acredito, pela minha própria experiência, que é possível educar para o respeito, e mais, que é um compromisso do educador ensinar, desde os primeiros anos escolares, os alunos a viverem uns com os outros, compartilhando o tempo escolar e introjetando esse comportamento, essa possibilidade, esse modo de viver suas alegrias, dificuldades, tarefas, conhecimentos, materiais de estudo e de trabalho escolar, enfim, tudo o que se apresenta naturalmente na escola, as salas de aula, corredores, pátio, refeitório... envolvendo um outro.

INCLUSÃO ESCOLAR: O QUE É? POR QUÊ? COMO FAZER?

María Teresa Eglér Mantoan

Escrito por uma das maiores especialistas em inclusão escolar no Brasil, esta obra aborda o assunto de maneira clara e didática. Baseando-se na legislação sobre o tema, Maria Teresa Mantoan explica o que é educação inclusiva, discute os passos necessários para implantá-la e ressalta suas vantagens. Livro fundamental para educadores que desejam saltar da teoria para a prática. A coleção: Coordenada por Ulisses F. Araújo, a Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas, tem como ponto de partida atender às demandas e necessidades de uma sociedade democrática, multicultural e inclusiva, permeada pelas diferenças e pautada no conhecimento inter, multi e transdisciplinar. Para tanto, publica livros que ajudem os profissionais da educação a construir ambientes educativos inovadores, atentos a formas diferentes de organização dos tempos, espaços e relações na educação. O objetivo é auxiliá-los a incorporar novas linguagens e tecnologias na sua prática docente, bem como aplicar a ética nas relações humanas dentro e fora da escola.



A ESCOLA QUE QUEREMOS PARA TODOS

María Teresa Eglér Mantoan e José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti

“As páginas deste livro são mesmo um convite à conversa. Por meio de diálogos, os autores propõem reflexões em torno de perguntas que são comuns no campo da educação inclusiva. Viver no mesmo tempo-espaço que Mantoan e Lanuti é uma alegria que se afirma na luta cotidiana por direitos, e este livro, a ferramenta imprescindível a todas as pessoas que se dedicam a construir a escola que queremos para todos, o mundo que queremos para todos.”

DEPOIMENTO DE MARIANA ROSA

Jornalista, integrante do Coletivo Feminista Helen Keller, fundadora do Instituto Cáue e mãe da Alice. Estuda e pesquisa, de forma autônoma, a educação inclusiva e atua como educadora popular e mobilizadora.

TODOS PELA INCLUSÃO ESCOLAR – DOS FUNDAMENTOS ÀS PRÁTICAS

María Teresa Eglér Mantoan e José Eduardo de Oliveira Evangelista Lanuti

Este livro comemorativo reúne textos de pesquisadores do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diferença (LEPED) sobre suas experiências acadêmicas voltadas a uma educação para todos – inclusão escolar.



bioETC

MAIS UM F, POR FAVOR!

REJANE NÓBREGA

Uma visão inclusiva na Biologia compreende a diversidade como uma força fundamental impulsionadora da evolução. Esta perspectiva não apenas reconhece e celebra a variedade de formas de vida em nosso planeta, mas também promove ativamente a interconexão e a coexistência entre elas.

Me pareceu bem oportuno para uma edição sobre inclusão, interconexão e coexistência, escrever sobre os... fungos (!). Calma, você vai entender. Um exemplo bem bacana dessa abordagem é a iniciativa FF&F (Fauna, Flora e Funga), que busca o reconhecimento internacional do reino dos fungos como parte integrante dos organismos macroscópicos da Terra. Essa iniciativa defende a inclusão de mais um “F”, para a palavra “funga”, junto com “flora e fauna” para refletir a importância dos fungos para a saúde dos ecossistemas.

Organizações como a *Fungi Foundation* estão empenhadas em garantir que os fungos sejam reconhecidos como os interconectores vitais da natureza, buscando protegê-los em pé de igualdade com animais e plantas nos quadros legais de conservação. A relevância dos fungos para a biodiversidade também foi enfatizada por cientistas que publicaram uma carta na revista *Science* pela inclusão de todos os fungos nas metas globais de conservação, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15) em 2021.

Mas então, é para tanto mesmo? Bom, não tenham dúvidas. Os fungos constituem uma categoria tão ampla quanto animais ou plantas, e são tão absolutamente fascinantes e essenciais para a vida no planeta que fica difícil escolher o que falar em apenas duas páginas. Os cientistas que os conhecem mais profundamente dizem que eles sustentam toda a vida como a conhecemos. Os fungos parecem ter as curiosidades mais apaixonantes da Biologia, aquelas que colocam a ciência lá naquele lugar de aventura, de mistério, das possibilidades inimagináveis.

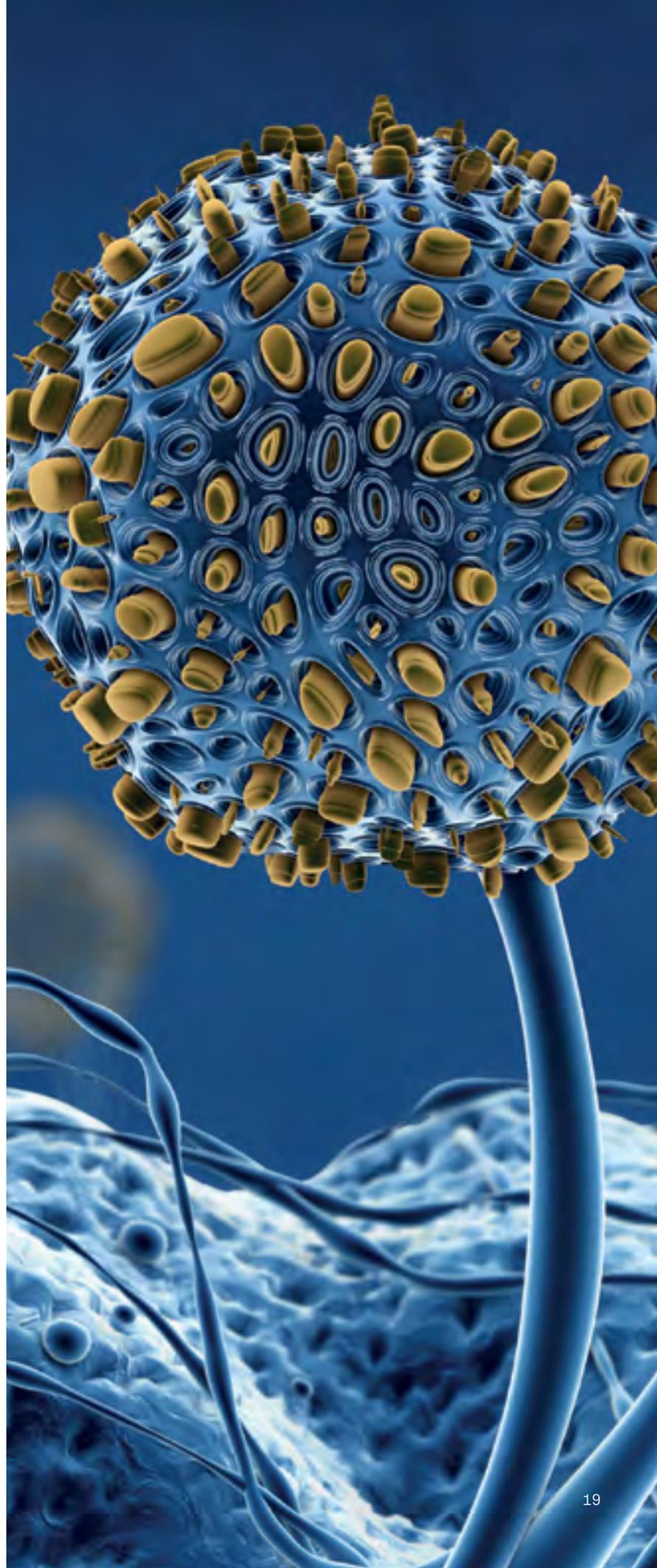
O papel fundamental dos fungos na moldagem do ambiente em que vivemos e sua contribuição para a evolução de outras espécies, como na transição das plantas da água para a terra, têm sido cada vez

mais reconhecidos nas últimas décadas. Suas interações simbióticas com plantas ampliam a capacidade das árvores de explorar o solo em busca de água e nutrientes, contribuindo para o equilíbrio dos ecossistemas. Além disso, os fungos atuam como decompositores, reciclam matéria orgânica e desempenham papéis vitais na prevenção das mudanças climáticas. São capazes de decompor plásticos e produtos petroquímicos, além de remover metais tóxicos do ambiente. Os fungos também têm impactos culturais, científicos e alimentares significativos, como os cogumelos psilocibínicos, conhecidos por sua capacidade de induzir experiências místicas, e as leveduras, utilizadas na produção de alimentos como pão, cerveja, vinho, chocolate, café e muito mais!

À medida que exploramos mais sobre os fungos, torna-se evidente sua importância e a necessidade de incluí-los nas políticas de conservação, ao lado de animais e plantas.

Entre documentários e tantas outras iniciativas de divulgação científica sobre fungos, deixo como dica o livro *A trama da vida – como os fungos moldam nosso mundo, afetam nossas mentes e determinam nosso futuro*, de Merlin Sheldrake, que oferece uma perspectiva fascinante sobre o mundo dos fungos e sua influência na vida na Terra. Essa obra destaca a complexidade e a beleza desse reino diverso, convidando-nos a refletir sobre uma mudança na nossa percepção, colocando o foco não apenas no ser humano, mas também na Terra e em seus organismos como um sistema interconectado.

Crédito: Cristoph Burgstedt/Science Photo Library.



LABINCC E OS CAMINHOS DA INCLUSÃO NA CIÊNCIA

MONIQUE OLIVEIRA

O reconhecimento de que alguns sujeitos estão sistematicamente ausentes de determinados espaços (não raro, de poder) têm dado visibilidade à questão da inclusão. Reconhecer é importantíssimo. Mas desafios ainda maiores estão na implementação de iniciativas para mitigar dificuldades estruturais que levam à exclusão. Cabe lembrar que o valor da diversidade tem uma ascensão recente e não suficientemente sólida: nem todos reconhecem a ideia básica de que temos mais força para enfrentamento de problemas se temos representantes e pensamentos diversos em espaços de influência.

Os valores indissociáveis acima formam a sigla EDI (Equidade, Diversidade e Inclusão), que têm pautado de artigos científicos a missões de organizações. Integram também o

exercício de uma democracia plena, com conquistas recentes que vão de cotas no ensino superior a programas de transferência de renda. Um olhar um pouquinho mais próximo, contudo, vai concluir sem muita dificuldade que a implementação de valores de EDI não se resume a programas específicos. Alguns espaços são altamente resistentes à inclusão, mesmo com políticas em curso: são necessários estudos profundos, diretrizes, diálogos e ferramentas.

Um desses ambientes difíceis de adentrar e historicamente excluídos é a ciência. O acúmulo de conhecimento necessário para estar nesse espaço demanda tempo, investimento e acesso a muitos recursos. Começa, ainda, muito antes. Depende da construção de um imaginário social de que não só é possível, mas desejável, que cidadãos diversos estejam nesse espaço. Por isso, foi criado em 2023 o LABinCC (Laboratório de Inclusão na Comunicação e na Ciência) na Universidade Estadual de Campinas, decorrente de projeto financiado pela Fapesp. O laboratório pensa e produz ferramentas de inclusão em ambas as áreas. No laboratório, a inclusão tem dois eixos: 1) comunicação: a garantia de que todos tenham acesso ao conhecimento

REPORTAGE



Rosângela da Silva, Mariana Hafiz, Monique Oliveira, Jhonatan Gonzaga e Germana Barata. Crédito: Clara Marques/Labjor.

EM REPORTA

bruto, mas também contextualizado e ‘traduzido’ da ciência; e 2) participação: garantir que diversos sujeitos consigam produzir ou participar da produção da ciência.

O LABinCC entende que a inclusão na ciência é particularmente intrincada e requer um esforço de múltiplos atores, em uma espiral de cultura científica pautada pela ciência aberta e com atores permeáveis uns aos outros (e à sociedade). Estamos falando de um campo que se constituiu como relativamente autônomo, em muitos casos apartado da linguagem e do conhecimento corrente na sociedade, com métodos, ferramentas, conceitos e ideias muito próprios. A literatura identifica a ciência como tendo feito um trabalho histórico de “fronteira” — conceito conhecido em inglês como *boundary work*. Agora, está difícil derrubar o muro.

A IDEIA DE UMA CIÊNCIA CIDADÃ E ABERTA

Para ilustrar esse ponto, não é preciso ir muito longe no argumento: a ciência possui canais de comunicação específicos que historicamente não circulavam para quem não é do meio. O cientista, não raro financiado com recursos públicos, faz sua pesquisa e publica sua pergunta, suas hipóteses, seus métodos e resultados em revistas científicas cujo acesso muitas vezes é pago ou em bancos de dados pouco divulgados ou conhecidos. Contraditoriamente, a sociedade que financiou a ciência sequer consegue ter acesso a esses dados; ou, para acessar, terá que pagar uma segunda vez.

Iniciativas têm tentado mudar esse cenário. O movimento de ciência aberta, a comunicação pública da ciência e de projetos de pesquisa que incluem participação pública — conhecidos como de ciência cidadã — são algumas das áreas com esforços concretos nesse sentido. Iniciativa relevante é o SciELO (Scientific Electronic Library), um banco de artigos científicos de acesso gratuito criado no Brasil, é uma iniciativa pioneira no mundo. Em

2019, armazenava 700 mil artigos científicos. O SciELO deve ser usado e acessado por todos. Não só cientistas.

“Há pelo menos 20 anos, o movimento de acesso aberto (gratuito) a publicações científicas existe, porém, ele tem ficado dentro dos muros das universidades e instituições de pesquisa. O acesso a esse conhecimento em si não basta porque não garante sua compreensão e uso. Por isso, temos trabalhado com perspectivas mais interdisciplinares e intersetoriais para a promover a democratização da ciência por meio de esforços de divulgação científica”, explica Germana Barata, pesquisadora da Unicamp e coordenadora do LABinCC. “A ciência aberta hoje é uma construção coletiva, que começa com o acesso gratuito a artigos científicos, passa pela comunicação pública da ciência e chega na participação de cidadãos no conhecimento”, conclui a pesquisadora.



Germana Barata. Crédito: Acervo pessoal.

NOSSOS ESFORÇOS NA INCLUSÃO

Embora o espaço da ciência tenha um caminho longo para ser inclusivo, há parceiros nessa luta e a pandemia trouxe *momentum* para que esse debate siga adiante. O LABinCC identificou, em textos que circularam na pandemia no Brasil, que houve uma demanda de 70% para que a ciência seja mais inclusiva e que envolva o público. Estudos no laboratório indicam que, embora haja receio que materiais de ciência sejam distorcidos, levando à desinformação, esse medo está restrito a algumas áreas específicas, como a da saúde. Ainda, o “vazamento de informações” da ciência ocorre de qualquer maneira em uma sociedade midiaticizada. Qualquer checagem fica ainda mais difícil se não há acesso a dados, artigos científicos ou textos de divulgação da ciência.

Não podemos deixar de mencionar que a inclusão na ciência no Brasil convive com problemas históricos, com déficits sociais e de renda importantes, além do fato de que sujeitos com determinadas características tiveram

menos acesso a recursos e espaços de influência. Se são negros ou indígenas, se são mulheres, se são LGBTQIA+, se são pessoas com deficiência e se são pobres, a probabilidade de não estarem em alguns espaços é maior. Ainda, há aqueles que possuem essas características combinadas. Teóricos têm chamado esse fator de perspectiva interseccional, em que a exclusão é formada por um feixe complexo de vários eixos de subordinação. Para isso, em seus estudos, o LABinCC também tem trabalhado para que haja visibilidade de alguns dados na ciência para entendermos quem faz ciência e quem está divulgado.

Ainda, estamos desenvolvendo indicações para que materiais de divulgação de ciência, alguns deles voltados para jornalistas e formadores de opinião, cheguem ao público e estejam voltados para a inclusão na ciência. Esses materiais podem ser a porta de entrada para que cidadãos acessem o conhecimento científico. Isso se esses textos contextualizarem, se traduzirem, e se divulgarem os links de artigos científicos em acesso aberto. Estamos fazendo uma pequena parcela de algo que demanda um esforço certamente muito maior. Não à toa a inclusão na ciência requer um esforço conjunto não só da comunidade científica, mas de formuladores de políticas, movimentos sociais, comunicadores, e de toda a sociedade — como o Sesc, que nos cedeu esse espaço.



Monique Oliveira. Crédito: Acervo pessoal.

QUEM É A AUTORA?

Monique Oliveira

É doutora em Ciências pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) e mestra em Divulgação Científica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Monique é bacharela em Ciências Sociais pela USP e em jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (FCL). É pós-doutoranda no LABinCC/Labjor/Voices (Unicamp) e tem particular interesse na inserção da ciência no mundo dos valores e na democracia, com ênfase nas áreas de ciência cidadã, no mapeamento de controvérsias científicas e em Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia. Também tem mais de 10 anos de atuação no jornalismo científico e quatro prêmios na área. Trabalhou nas redações do Estadão, da Revista ISTOÉ, da Folha de S.Paulo e do G1. Na gestão de 2023-2024, é uma das diretoras da RedeComCiência (Rede Brasileira de Jornalistas e Comunicadores de Ciência) e mantém o site www.moniqueoliveira.org.



A FORÇA MOTRIZ DO MOVIMENTO NEGRO NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

ADRIANO ROCHA

Saberes emancipatórios produzidos pelos negros e pelas negras e sistematizados pelo Movimento Negro [...]. Trata-se de uma maneira de conhecer o mundo, da produção de uma racionalidade marcada pela vivência da raça numa sociedade racializada desde o início da sua conformação social. (Gomes, 2017)

O Movimento Negro brasileiro possui uma histórica e profunda trajetória marcada por conquistas que contribuíram significativamente para a formação da sociedade atual. Ao longo dos anos, ativistas e organizações engajadas têm desempenhado papéis cruciais na luta contra a opressão e a discriminação racial que estruturaram todas as relações sociais do nosso país.

O Movimento Negro, como explica Domingues (2007), é caracterizado por ser um movimento social que luta contra a discriminação racial e tem como objetivo extinguir a exclusão

e a marginalização a que negros foram submetidos no sistema educacional, no mercado de trabalho, nos campos políticos e culturais. A bandeira de reivindicações e lutas desse movimento vai existir a partir da questão da raça e, por assim dizer, a valorização da identidade racial dos indivíduos negros. Neste sentido, o termo raça, foi ressignificado pelo Movimento Negro, que, em várias situações, o utiliza com um sentido político e de valorização do legado deixado pelos africanos, isto é, o conceito de raça ao ser utilizado com conotação política permite, por exemplo, romper com as teorias raciais que foram formuladas no século XIX.

E como tem sido a atuação no Movimento Negro no Brasil? A história de lutas e resistência do negro no Brasil não é uma história recente. Apesar de apresentar em sua trajetória descontinuidades, a atuação da população negra se apresenta desde o período escravagista, com o mais conhecido Quilombo dos Palmares, e esta mobilização atravessa todo o período colonial até desembocar no dia 13 de maio de 1888. E a seguir com a República promulgada, o Movimento Negro ganha novos contornos.

No fim do século XIX e início do século XX, temos uma presença das organizações dos “homens de cor”, através da atuação de organizações beneficentes, associações assistenciais, culturais e recreativas.

Muitas dessas organizações eram vinculadas à Igreja Católica, e esses lugares funcionavam como um espaço de sociabilidade para os negros, visto que, em uma sociedade de hegemonia branca, os negros eram impossibilitados de frequentar determinados lugares. Não havia por parte dessas associações uma ideologia partidária, mas já denunciavam o racismo e a luta por uma sociedade mais igualitária, a partir de publicações de jornais vinculados às associações dos “homens de cor”, a denominada imprensa negra.

Durante o período do governo Vargas (1930-1937), nasce uma importante instituição do Movimento Negro, a Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em 1931. A FNB tinha como objetivo central construir uma ideia nacionalista para inserir os negros no mercado de trabalho, buscando com isso a integração da população negra à sociedade emergente. A FNB acreditava que a inclusão do negro ocorreria mediante uma postura de assimilação dos valores da cultura nacional hegemônica. À época, a FNB foi uma importante instituição de luta contra o racismo, com alto nível de organização, chegando a se transformar em 1936 em um partido político.

Entretanto, no ano seguinte, em 1937, com a instauração do Estado Novo todos os partidos políticos foram extintos, inclusive a FNB, e o Movimento Negro se viu em um processo de ruptura. Durante a vigência do Estado Novo houve grande e violenta repressão política, e o sistema não permitia o surgimento e a consolidação de qualquer movimento ou grupo político de oposição ao governo, denunciando as mazelas sociais vigentes àquela época.

Findado o período do Estado Novo, o Movimento Negro ressurgiu, em 1944, no Rio de Janeiro, com o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado por Abdias Nascimento. A priori, o movimento tinha como proposta a formação de grupos de atores negros, porém, o movimento foi tomando outras formatações.

O TEN se transformou em um movimento político à frente de seu tempo, de vanguarda

artística, que defendia o negro como protagonista no teatro, mas, sobretudo, visava ao protagonismo do negro na vida política nacional, ressaltando e evidenciando o valor estético e político da negritude para superação e transposição das barreiras socialmente impostas à população negra.

No contexto do golpe militar em 1964, o TEN tem as suas ações reduzidas e em 1968 foi fechado, e Abdias Nascimento seguindo para os Estados Unidos. Todas as iniciativas do Movimento Negro foram desarticuladas, apresentando temporariamente uma derrota. A questão racial foi banida pelos militares; havia por parte do governo militar a disseminação do discurso que no Brasil havia uma democracia racial, não havia racismo, e todos aqueles que discordavam eram estigmatizados e reprimidos pelas forças de segurança do governo militar.

Somente no fim da década de 1970 é que movimentos com bandeiras antirracistas se reorganizaram politicamente no interior do surgimento e impulsão dos movimentos populares, movimentos sindical e estudantil. É aí, então, que em 1978 surge o Movimento Negro Unificado (MNU), influenciado pela luta dos negros por direitos civis nos Estados Unidos e dos processos conflituosos de autonomia dos países africanos, sob a ideia do pan-africanismo e do afrocenismo em detrimento ao eurocentrismo hegemônico.

O MNU se estabelece como um movimento de correntes ideológicas de esquerda e cria pontes de diálogos com outros movimentos sociais que buscavam denunciar outros temas relevantes para o equacionamento das mazelas sociais brasileiras, tais como: o movimento sindicalista, o movimento feminista, os movimentos dos centros urbanos etc. Era um movimento que tinha como foco de discussão e reflexão o entrelaçamento das questões relativas à classe e raça, e até mesmo questões acerca da sociedade capitalista e a perpetuação do racismo. O nascimento do MNU representou um momento histórico importante para a luta contra o racismo, pois, o movimento apresentou a proposta de unificar as reivindicações em diferentes níveis e eixos, em um único plano nacional, representando e aglutinando todas as bandeiras dos diversos grupos e organizações antirracistas, dialogando estrategicamente com grupos de outras bandeiras de reivindicações acerca das mazelas sociais do país. Desta forma, o Movimento Negro acreditava no fortalecimento político de suas reivindicações.

A partir disso, há um caráter revisionista do Movimento Negro acerca de tudo que remetia à comunidade negra, desde sua ancestralidade africana até a utilização da palavra *negro* como algo positivo. O Movimento Negro buscou ressignificar e disseminar, sobretudo entre os negros, a valorização da identidade negra. O movimento começa a rever e questionar o campo educacional com seu currículo eurocentrado, e Zumbi é escolhido como símbolo de luta e resistência para

o Movimento Negro. O dia 20 de novembro é eleito como o Dia Nacional da Consciência Negra, em detrimento do 13 de maio, que passa a ser um dia para denunciar a opressão racial.

Abdias Nascimento tornou-se um protagonista fundamental no novo panorama de lutas do Movimento Negro, tendo se aproximado do marxismo e das lutas dos negros norte-americanos acerca dos direitos civis na década de 1970. Abdias despontou como um crítico contundente do mito da democracia racial que impregnava os discursos das classes dominantes no Brasil.

O ato público no Teatro Municipal de São Paulo, em 1978, marca e possibilita a criação de muitas organizações em diferentes estados do Brasil, o que possibilitou a difusão das ideologias do Movimento Negro. Em 1988, duas reivindicações do Movimento Negro são previstas no texto da constituição: a criminalização do racismo e o reconhecimento da propriedade de terras de remanescentes de quilombos.

Em 1995, foi realizada em Brasília uma marcha em homenagem aos trezentos anos da morte de Zumbi dos Palmares. Era o primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, que criou então um Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, dando a partida nas primeiras iniciativas de ação afirmativa na administração pública federal.

No decorrer do século XX, o Movimento Negro foca sua militância para a educação, reconhecendo nela a importância e seu lugar estratégico no que tange à superação das tensões das relações étnico-raciais e a possibilidade de construção de novas sociabilidades. A partir desse momento, denuncia a neutralidade do Estado e reivindica mudanças na política educacional, de maneira que a diversidade seja reconhecida e respeitada, buscando a superação das desigualdades raciais.

O Movimento Negro contemporâneo acumula uma vasta experiência de lutas, herdada desde o período colonial, como vimos. A trajetória de lutas, ao longo do tempo, vai revelando e cada vez mais evidenciando o processo e as práticas de racismo

“peculiar” da nossa sociedade. Embora a luta seja antiga, existem, ainda, muitos desafios a superar, os indicadores sociais/raciais mostram isso. O Movimento Negro não é homogêneo, é plural, com divergências ideológicas e de formas de atuação política, mas, ao mesmo tempo, busca convergir para algumas bandeiras de lutas em comum, como as atuais políticas de ação afirmativa e de luta por uma educação antirracista, em vistas à constituição de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Por meio das denúncias do Movimento Negro é que ficaram evidenciados para a nossa sociedade, entre outros problemas, os entraves de acesso e permanência da população negra no sistema educacional, mais que isso, contribuiu para denunciar a reprodução do racismo no âmbito escolar, quer sejam pelas práticas pedagógicas cotidianas, quer seja pelo currículo escolar eurocentrado que não fomenta a disseminação de outras histórias dos escravizados e da contribuição dos negros na constituição ampla do nosso país.

É, pois, percebendo essa lógica que o Movimento Negro pressiona o Estado para revisão e reformulação dos parâmetros e diretrizes educacionais, reivindica que estabeleça no âmbito escolar uma educação antirracista, fazendo com que a escola cumpra sua função social acerca de constituir sujeitos que (re)conheçam a história e a contribuição de cada povo (sobretudo a do povo negro), contribuindo, assim, para a manutenção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Assim, em 2003, o Governo Federal sancionou a Lei 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Com o advento dessa lei, o Estado brasileiro reconhece que os moldes escolares não têm contribuído para a superação do racismo, pelo contrário, muitas das vezes, a escola, com seu currículo e suas práticas eurocentradas, ratifica as desigualdades raciais. Para Nilma Lino Gomes (2010), a implementação das questões étnico-raciais no currículo escolar é fruto das tensões raciais denunciadas pelo Movimento Negro, que não têm desdobramentos apenas no campo educacional, mas, sim, uma questão política que representa a possibilidade de deslocamentos nas estruturas sociais.

Na atualidade do Brasil, soma-se mais de uma década de políticas de ação afirmativa desenvolvidas em instituições de ensino superior, visando à garantia de acesso de grupos racializados (indígenas, negros) em cursos de graduação, institucionalizada com a aprovação da Lei nº. 12.288/10 (Estatuto da Igualdade Racial) e Lei nº. 12.711/2012 (Lei sobre as cotas nas universidades institutos técnicos federais). Esta lei é um exemplo inequívoco de como a questão racial aglutinou e garantiu acesso a outros grupos sociais minorizados). Entende-se as políticas de ação afirmativa como uma intervenção em tempo delimitado, do Estado ou da iniciativa privada, visando ao aumento acelerado da



Guia Antirracista, um dos importantes projetos do Sesc, com a dedicação de Adriano Rocha. Saiba mais na página 46!

política, trabalho) e com vistas à promoção da equidade racial, tal qual pressupõe uma sociedade democrática.

Diante de todo o exposto, partindo do pensamento da professora Nilma Lino Gomes, o Movimento Negro é também um movimento educador, que produz conhecimentos e saberes, visando à emancipação da população negra, mas, também, de todo o conjunto da população. Pois, à medida que ressignifica e politiza a ideia de raça, indaga também a própria história do Brasil. A discussão sobre raça no nosso país não se faz de forma isolada. Ela se articula às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas (Gomes, 2017). Essa articulação pode contribuir para o deslocamento das estruturas sociais. Ademais, a autora diz, ainda, que o Movimento Negro vem sistematizando saberes, são eles: saberes identitários (debatendo sobre a questão da raça e ressignificando o conceito), saberes políticos (tensiona o Estado e este passa a abordar e criar políticas e diretrizes a partir das desigualdades raciais) e saberes estéticos-corpóreos (estética da arte, de sentir o mundo, vivenciar o corpo). Todos esses saberes produzidos estão a serviço da sociedade brasileira, em uma perspectiva de constituição de uma sociedade de bem-estar social.

O Movimento Negro historicamente denuncia que é impossível pensar em uma democracia plena com racismo. Da mesma forma, aponta, em caráter educativo, para a sociedade qual o caminho devemos percorrer para o estabelecimento de uma coletividade que respeita e inclui as diferenças. Enquanto não entendermos o racismo como a raiz das mazelas sociais brasileiras – e que elas se manifestam de forma estrutural e estruturante em todas as nossas relações –, estaremos fadados a viver em uma democracia hipócrita.

REFERÊNCIAS:

- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPPIR, junho 2009.
- BRASIL. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana*. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.
- DOMINGUES, Petrônio. *Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo [online]. vol.12, n.23, pp.100-122, 2007.
- GOMES, Nilma Lino. “Educação e Relações Raciais: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação”. In: MUNANGA, Kabengele. (org.) *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: MEC, p. 143-154, 2005.
- _____. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. Cadernos ANPAE, v. 1, p. 1-13, 2010.
- _____. *Diversidade étnico-racial como direito à educação: a Lei nº 10.639/03 no contexto das lutas políticas da população negra no Brasil*. Belo Horizonte: XV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, ENDIPE, 2010 (no prelo).
- _____. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petropolis: Vozes, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na Escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

umD01S

CONHECER PARA INCLUIR

MARIA ANTÔNIA GOULART

O convite para escrever sobre a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade a partir da perspectiva do conhecimento me parece bastante interessante e instigante. Afinal, o termo “conhecimento” é polissêmico e pode ser apreendido de diversas formas. “Conhecer” pode significar desde ser apresentado, ver, visitar ou manter relações pessoais com alguém até o domínio aprofundado de um tema. E me parece interessante que muitas pessoas interessadas na questão da deficiência procurem formações, referências e informações produzidas por pessoas sem deficiência, aumentando seu conhecimento sobre o tema, mas mantendo um distanciamento das pessoas cujos corpos são atravessados por essa condição.

Como sou uma mulher sem deficiência, me questiono bastante sobre o meu lugar de fala em relação ao assunto que justifique que eu ocupe essa coluna falando sobre ele. Acredito que a resposta possa estar nos meus diversos conhecimentos em relação à temática. Talvez, o principal seja o fato de conviver diariamente com uma pessoa com síndrome

de Down desde 2010, quando do nascimento da minha filha Beatriz. E de forma complementar também pelo fato de, desde então, eu ter me tornado uma pesquisadora da área e ativista pelos direitos das pessoas com deficiência.

Mas, por mais que venha estudando de forma ampla e aprofundada o assunto, não hesito em dizer que, para mim, os maiores aprendizados vieram da convivência em casa, no trabalho, nos momentos de lazer e nas redes sociais com pessoas que experimentam essa condição. Desde que a deficiência entrou na minha vida, passei a intencionalmente contratar pessoas nessa condição para compor minhas equipes e construí com elas laços de respeito, amizade, companheirismo e afeto.

Essa busca partiu de uma situação que ocorreu logo após receber na maternidade o diagnóstico de deficiência da minha filha. Na ocasião fiquei bastante impactada, assustada e angustiada com o que mudaria na vida da nossa família. Ao compartilhar minhas inquietações com Luiz, meu filho mais velho, que na época tinha 14 anos, lembro ainda hoje da naturalidade da sua reação. Ele me disse que ia ficar tudo bem. Quando o questionei dizendo que ele não sabia do que estava falando, ele respondeu que sabia sim, pois tinha uma colega com a mesma deficiência da Beatriz na turma e ela era uma menina legal que tinha amigas, namorado e uma vida social, assim como os outros colegas e colegas da turma. Diante do assombro com a informação que até então eu desconhecia, perguntei o motivo dele nunca

ter falado dela pra mim. A resposta dele foi que ele não costumava falar comigo sobre meninas.

Mais de dez anos se passaram e a fala do Luiz continua ecoando em mim. A colega a que ele se referiu era para ele mais uma das meninas da turma. É claro que ele notava as tantas diferenças que existiam entre eles, mas a deficiência não era motivo para que ela se tornasse assunto das nossas conversas. Eles não eram próximos, mas ela era alguém com quem ele sobretudo se reconhecia na sua condição de adolescente.

Compartilhar os ambientes da sociedade é fundamental para o combate aos preconceitos. É no vazio, no desconhecido, no não saber, que reside o espaço para a imaginação do que pode vir a ser algo que não se conhece. E a imaginação, na maioria das vezes, nos leva para lugares muito distantes da realidade. Somente depois de conhecer podemos reconhecer. É na convivência cotidiana, desmistificada, que se percebem as diferenças como parte da nossa condição humana, que podemos exercitar a empatia, construir relações de afeto e respeito e reconhecer que pessoas com deficiência devem frequentar os mesmos espaços, acessar diversas oportunidades e viver suas vidas plenamente com autonomia e independência como qualquer outra pessoa. Isso não é favor, não é concessão, não deve vir da pena. É direito, fruto de muita luta e dessa forma deve ser reconhecido por toda a sociedade.



Crédito: Acervo pessoal.

ADRIANO ROCHA

Mestre em Relações Étnico-raciais pelo PPRER/CEFET-RJ e pedagogo pela Faculdade de Educação da UERJ. Atua há mais 15 anos em projetos socioeducativos no terceiro setor. Atualmente, por meio da Gerência de Educação do SESC RJ, lidera projetos com dois eixos principais: divulgação científica e educação antirracista.



Crédito: Acervo pessoal.

MARIA ANTÔNIA GOULART

Assessora do Departamento Regional do Sesc Rio. Mestre pela Fiocruz, bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Fundadora do Centro de Referências em Educação Integral e do Movimento Down, É membro da Iniciativa do Unicef do Livro Didático Digital Acessível e consultora de projetos na área de educação, inclusão, tecnologia e empreendedorismo.

PESQUISADORES AO REDOR DO MUNDO

O fascínio pela descoberta.

A diferença entre a invenção e a descoberta é sutil. Na invenção, se cria uma nova tecnologia ou se aperfeiçoa, como busca de solução para um problema. Já na descoberta, há a aquisição de um conhecimento novo, até mesmo ao acaso. Porém estas podem se misturar, como, por exemplo, quando se descobre que um artefato funcionava de uma forma que ninguém sabia.

A roda é talvez uma das principais invenções na trajetória da tecnologia humana. Com ela, os povos aumentaram a eficiência do transporte e transformaram as primeiras aglomerações humanas em cidades maiores. Isso foi há quase seis milênios de história, na Mesopotâmia, onde foi encontrada a primeira representação de uma carroça com rodas de madeira maciça.

Muito antes disso, entre 1,8 milhão de anos atrás, o *Homo Erectus*, descobriu que se fizesse fricção entre duas pedras, esfregando uma na outra, conseguiria produzir uma faísca, que se colocada em algum lugar de fácil combustão, geraria fogo.

A pesquisa científica muitas vezes é movida pela busca de aperfeiçoamento de tecnologias já existentes, ou invenções utilitárias, mas também pelo prazer das descobertas ao acaso, que se misturam com o encantamento que a ciência é capaz de gerar.

EmRede é um espaço que se propõe a apresentar pesquisadores do mundo. Desse modo, buscamos não apenas apresentá-los, mas enriquecer o debate sobre o quão fascinante pode ser o fazer científico.

A partir da pergunta “o que te fascina na tua pesquisa?”, pesquisadores de áreas diversas se mostram dispostos a partilhar conosco o que, para além do tecnicismo, atua como o motor da curiosidade.

Em cada edição, conforme buscamos cientistas pelo mundo, propomos também estreitar os laços entre estes pesquisadores e suas pesquisas, que passam a ter contato e conhecer as tessituras desta rede, um organismo vivo e em atividade

Nesta edição, os pesquisadores Marcos de Lucena, Luciana Brito e Clayton Corrêa Gonçalves nos contam o que faz com que se movam em direção a descobertas de novas respostas para problemas que os deixam intrigados.

MARCOS DE LUCENA

DOUTOR EM ECOLOGIA



Doutor em Ecologia pela UFRJ, mestre em Ecologia Marinha pela UFF e bacharel em Ciências Biológicas pela UNIRIO. Atualmente, é pesquisador do Projeto Costão Rochoso e atua como colaborador do Programa Ecológico de Longa Duração nas ilhas oceânicas. Trabalha com coleta e análise de dados biológicos, incluindo o mergulho como ferramenta de pesquisa.

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

É uma pergunta bem difícil de responder, normalmente começo dizendo que tudo que está ao nosso redor precisou de alguma pesquisa para ser realizado... coisas que são fundamentais no nosso dia a dia (o que inclui a natureza!). Para além disso, tive a oportunidade de viver sempre próximo à natureza e ela sempre me fascinou. Desde pequeno, sempre fazia muitas perguntas sobre plantas e bichos, e eu ainda nem sabia o que fazia um cientista...

Com o passar dos anos, os professores de Biologia sempre foram os meus preferidos, e as aulas, as mais interessantes. Percebi, então, que

não teria muita escolha, só precisava escolher a qual área me dedicar, a entender mais e matar as curiosidades que surgiam no caminho. O mar sempre me chamou e com o tempo fui aprendendo que sabemos muito pouco sobre os animais marinhos, seus comportamentos e suas funções para manter o ecossistema funcionando e saudável.

Meu caminho acadêmico foi completamente dentro d'água e uma das melhores oportunidades que tive foi a de trabalhar nas ilhas oceânicas brasileiras, pois são os ambientes mais prístinos que temos, servindo como um laboratório natural e com pouca influência dos impactos antropogênicos. Com o tempo, fui entendendo cada vez mais a necessidade de projetos de conservação e educação ambiental.

Juntando minha formação acadêmica com a vontade de proteger a natureza, idealizei junto a outros pesquisadores o "Projeto Costão Rochoso", que tem como objetivos gerar dados da dinâmica ecologia e biologia da biodiversidade dos ecossistemas marinhos de costões rochosos e suas inter-relações com a atividade humana. O projeto atua no monitoramento de peixes, tartarugas, corais e demais invertebrados, fornecendo informações fundamentais para a gestão marinha. Outros objetivos norteadores do projeto são as ações de educomunicação ambiental, em que aproximamos a comunidade dos valores históricos e funcionais, no contexto das pesquisas científicas, das técnicas de manejo e da sensibilização sobre a conservação dos recursos marinhos.

LUCIANA BRITO

DOUTORANDA EM GESTÃO DE SISTEMAS COMPLEXOS



Graduada em Física (UFRJ), mestre em Informática na área de Metodologias e Técnicas da Computação (UFRJ) e doutoranda em Informática na área de Gestão de Sistemas Complexos (UFRJ). Faz parte do grupo de pesquisas LabSocial do Instituto de Computação da UFRJ, que desenvolve pesquisas nas áreas de Interação Humano-Computador e Trabalho Colaborativo com Suporte Computacional.

Luciana também é especialista em Educação à Distância, área em que atua como designer instrucional, atualmente como servidora pública na Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do Rio de Janeiro, uma fundação vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

O grupo de pesquisa LaBSocial tem uma vocação importante para a pesquisa em Interação Humano Computador (IHC) e trabalho colaborativo com suporte computacional (CSCW). Nós investigamos a computação centrada no usuário, desenvolvendo sistemas para satisfazer necessidades humanas e apoiar a colaboração entre pessoas. Também estudamos diferentes comunidades para construir com elas projetos de computação, ensino em computação, design educacional e sistemas que promovam a sua emancipação frente às diversas situações de opressão presentes na sociedade.

As áreas de IHC e de CSCW já têm mais de 25 anos de existência no Brasil. O surgimento dessas áreas de investigação no Brasil e no mundo foi uma consequência da possibilidade de conexão entre computadores geograficamente distantes por meio das redes de telecomunicações lá na década de 90. A conexão, contudo, também trouxe contradições quando, nos últimos 20 anos, o poder de processamento dos computadores foi aumentando e, assim, surgindo a possibilidade de processar grandes volumes de dados. Esse poder de extrair valor e consequentemente mais-valia (lucro) da interação humana com os dados foi e tem sido usado indiscriminadamente pelas Big Techs.

Nesse contexto, o nosso currículo brasileiro na área de interação humano-dados não tem se desenvolvido há tempo de permitir que a sociedade interaja de forma crítica com os dados. O exemplo mais impactante disso foram os problemas que tivemos com a disseminação de *fake news* durante as últimas eleições presidenciais.



O que me encanta na minha pesquisa é a possibilidade de criar meios para que a educação no campo da interação com dados aconteça para todos os cidadãos. Isso é algo que tem o poder de fortalecer a democracia, e tanto o nosso país quanto a América Latina têm precisado muito disso, dadas as investidas do fascismo e do crescimento da ultra direita. A verdade é que neste momento tem sido mais uma missão de vida do que um encantamento, porque ainda estou em uma fase inicial da minha pesquisa na qual tenho constatado o aprofundamento da divisão social que o saber e o não saber lidar com dados têm gerado. Essa constatação traz uma insatisfação enorme com as decisões de política e de gestão educacional que têm sido adotadas no nosso país, nas diversas esferas de governo.

O que mais tem me fascinado neste tempo é poder interagir com pessoas e profissionais de diversas comunidades, partes integrantes da geografia da minha cidade.

Entre essas pessoas há crianças, adolescentes, trabalhadores de diversas áreas, entre eles também pesquisadores, professores e ativistas que se encontram na linha de frente do uso de dados para criar possibilidades para que grupos marginalizados possam expressar os seus desejos por meio de dados. Do mesmo lado dessa trincheira, há também outros pesquisadores igualmente incríveis de diversas linhas da IHC que estão criando a área de interação humano-dados no Brasil através de pesquisas em seus subcampos, como, só para citar alguns exemplos, a proteção de dados, a ética em Interação Humano-dados e a literacia de dados – também chamada de alfabetização em dados, que é o meu campo mais específico de atuação.

Me ver como parte dessa comunidade tão diversa e atuante e como uma mediadora para fomentar o seu crescimento me alimenta com afeto e me deixa um pouco mais otimista quanto ao futuro, porque são muitas pessoas que cultivam valores como a pluralidade, a inclusão e o amor enquanto conjuntos de ações coordenadas praticadas para a emancipação humana.

CLAYTON CORRÊA GONÇALVES

DOUTOR EM ZOOLOGIA



Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual de Maringá, mestre em Entomologia pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, doutor em Zoologia pelo Museu Nacional – UFRJ e com pós-doutorado em sistemática de cigarrinhas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O QUE TE FASCINA NA SUA PESQUISA?

Desde muito cedo, ainda na infância, eu era fascinado por animais, e sempre que eu ganhava algum presente, era sempre o mesmo pedido: animais de plástico. Ao entrar na faculdade de Biologia, a ideia era clara para mim, eu queria trabalhar com zoologia. Ao fim da graduação, calhou de ir fazer mestrado em entomologia, estudando insetos. Quando digo que sou entomólogo, vira e mexe alguém me pergunta o porquê de estudar insetos. E bem, a resposta fácil é que os insetos são incríveis! Há uma diversidade de formas, cores, tamanhos, ciclos de vida, ecologia etc. Os insetos são fundamentais para a vida que conhecemos hoje. Atualmente, nós conhecemos aproximadamente duas milhões de espécies de seres vivos, e mais da

metade desse número são insetos. Esses seres possuem imensa importância, seja do ponto de vista positivo, atuando na polinização, ciclagem de nutrientes, produção de fármacos, na alimentação humana e animal, resolução de crimes; seja do ponto de vista prejudicial, como vetores de doenças e pragas agrícolas. Dito isso, as áreas de estudos em entomologia são inúmeras: estudo de biodiversidade, entomologia médica/veterinária, entomologia forense, estudos genéticos, controle biológico de pragas, bioindicadores ambientais etc.

Mas o que me fascina e me motiva na minha pesquisa é justamente essa vontade do ser humano em saber, o conhecimento pelo conhecimento. Quantas e quais espécies de determinado ser ocorrem em determinada região? Como é a biologia de tal espécie? De que forma esses seres



evoluíram? Quais as relações entre as espécies e o ambiente? Essas são algumas perguntas que a gente tenta responder. Minha pesquisa, em todos esses anos fazendo ciência, é trabalhar com um grupo de insetos conhecidos como cigarrinhas (que são uns parentes menores e menos populares das cigarras), são pequenos insetos que vivem sobre as plantas, alimentando-se de seiva. Por conta disso, muitas espécies são consideradas pragas, pois causam injúrias às plantas e podem ser vetores de patógenos vegetais. A minha pesquisa é voltada para o estudo da biodiversidade das cigarrinhas, identificando as espécies, classificando-as, descrevendo-as, conhecendo a biologia, estudando de quais plantas hospedeiras determinada espécie se alimenta, levantando hipóteses evolutivas a fim de tentar compreender como e quando

essas espécies se diversificaram etc. Para isso, além da parte laboratorial, de sentar e estudar os insetos detalhadamente com a ajuda de lupas e microscópios e dos testes e experimentos, há também muito trabalho de saídas de campo (afinal os insetos precisam ser coletados para serem estudados). Com isso, eu pude conhecer diferentes lugares do Brasil e exterior, me deparar com diferentes realidades e ecossistemas. Além disso, ao encontrar uma espécie desconhecida e ser o primeiro a estudá-la e descrevê-la, é sempre um momento de grande entusiasmo, afinal é você que vai apresentar essa espécie para o mundo e dar a ela um nome, um nome científico, e esse nome será único, independentemente da língua ou idioma, será o mesmo nome, transcendendo as diferenças linguísticas, e isso é muito legal. Por fim, estamos vivendo em um período de grande crise ambiental, não conseguimos mensurar, mas sabemos que espécies estão sendo extintas o tempo todo, em decorrência de diversos fatores. E tentar ao menos conhecê-las e registrá-las é o que mais me impulsiona a fazer o que eu faço.

UPLOAD

CAMINHOS INCLUSIVOS

ANA PAULA SIMONACI

— Podes dizer-me, por favor, que caminho devo seguir para sair daqui?

— Depende muito de para onde queres ir — respondeu o gato.

— Preocupa-me pouco aonde ir — disse Alice.

— Nesse caso, pouco importa o caminho que sigas — replicou o gato.

LEWIS CARROLL

Quando eu era criança me lembro de ficar bem admirada quando assisti ao filme *O Milagre de Anne Sullivan* (1962). O filme conta a história da persistente professora – Anne Sullivan – que é contratada para ensinar Hellen Keller, uma menina que fica surda e cega aos 18 meses de vida. A menina não conhecia o mundo ao seu redor e não tinha ferramentas para se comunicar. A força da vontade e da vocação da professora são tantas que nada parece ser obstáculo para ela.

O filme traz uma reflexão muito bonita sobre o importante papel do professor em

fornecer os métodos e subsidiar o desenvolvimento intelectual dos alunos, principalmente nos casos em que a forma de comunicação é distinta e necessita ser desenvolvida.

A história é real e Hellen Keller, em 1904, formou-se com louvor, e foi a primeira aluna cega e surda a terminar um curso universitário. Ela se tornou uma escritora mundialmente reconhecida e palestrante. Em uma famosa frase, disse: “A ciência poderá ter encontrado a cura para a maioria dos males, mas não achou ainda o remédio para o pior de todos: a apatia dos seres humanos.”

A apatia acontece quando ficamos indiferentes aos acontecimentos, é a ausência de sentimentos, de emoções e de entusiasmo. É o oposto da empatia, que é a capacidade de se colocar no lugar de outra pessoa, de sentir e compreender perspectivas, ações, reações, sentimentos e emoções alheias. Uma forma de ampliar nossa capacidade de sentir empatia está intimamente associada ao repertório ficcional do indivíduo. Através das histórias e dos personagens, desenvolvemos a habilidade de sentimentos e emoções gerados por situações pelas quais não passamos.

Neste sentido, quais são as iniciativas na cultura *pop* que estão sendo tomadas para promover empatia em relação a inclusão? Quantos autores estão pensando nesta representatividade? Iniciativas diversas têm sido tomadas por realizadores, porém uma que tem destaque no Brasil e um papel fundamental na educação infantil é o caso da história em quadrinhos da Turma da Mônica, a mais famosa do Brasil.

Além dos consagrados personagens Mônica, Cebolinha, Cascão e Magali, a partir de 2004, o cartunista criou importantes personagens que promovem o respeito, o conhecimento e a inclusão.

Maurício de Souza conta em entrevista sobre a preocupação que o estúdio tem em relação às histórias: “Temos todo cuidado quando resolvemos abordar temas mais complexos. Procuramos sempre pesquisar e procurar técnicos no assunto para não passarmos informações erradas. Por isso a recepção das crianças e educadores é sempre positiva”.

Alguns dos personagens mais conhecidos são: Tati (Síndrome de Down), Luca (Deficiência Física), Dorinha (Deficiência Visual), Andre (TEA), Humberto (Deficiência Auditiva), Hamyr (Locomoção), Edu (Distrofia de Duchenne).

O remédio para a apatia ainda não existe, mas podemos desenvolver a empatia através do universo ficcional, que nos permite conhecer diferentes histórias. A partir daí, podemos pensar novas propostas para um futuro inclusivo, ouvir quem tem algo importante a dizer sobre o assunto, celebrar as conquistas de quem luta e sobretudo: acreditar.

“Nenhum pessimista jamais descobriu os segredos das estrelas, nem velejou a uma terra inexplorada, nem abriu um novo céu para o espírito.”

HELLEN KELLER

Colagem: Ana Paula Simonaci



QUA DRI NHAN DO



JULIANA
LOYOLA

**QUADRINHANDO TRAZ A CADA NÚMERO
DESENHISTAS CONVIDADOS A SEGUIR O FIO
NARRATIVO DOS NÚMEROS ANTERIORES,
CRIANDO UMA OBRA ABERTA E COLETIVA.**

Juliana Loyola é quadrinista, ilustradora, paulistana e surda. Formada na Escola Panamericana de Arte & Design, a artista atuou nas animações *Amor & Fúria*, de direção de Luiz Bolognesi, e no curta *Chapeuzinho Vermelho*. Atualmente desenha as histórias em quadrinhos na forma de Narrativa Visual sem roteiro (história muda) como os trabalhos independentes já publicados: “*The Witch who loved*” e *Maria Lua & Cia – Aventura das Estrelas* da editora Conrad.

OBRAS DA AUTORA



**CONFIRA, NA PRÓXIMA PÁGINA, A
CONTINUAÇÃO DA HISTÓRIA DA
EDIÇÃO ANTERIOR.**

Perdida na Floresta – webcomic, 2014

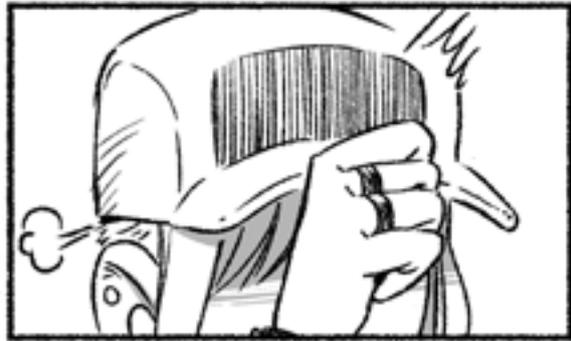
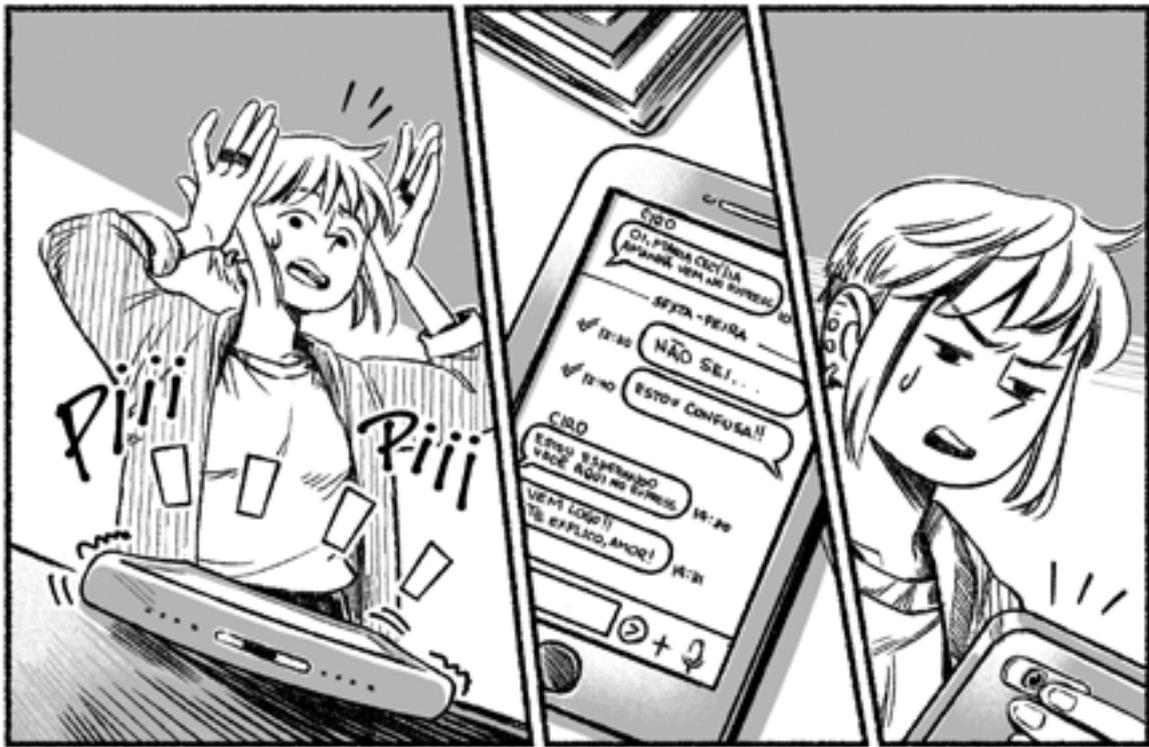
The witch who loved – HQ independente, 2015

Maria Lua – Aventura das Estrelas – HQ independente, 2016

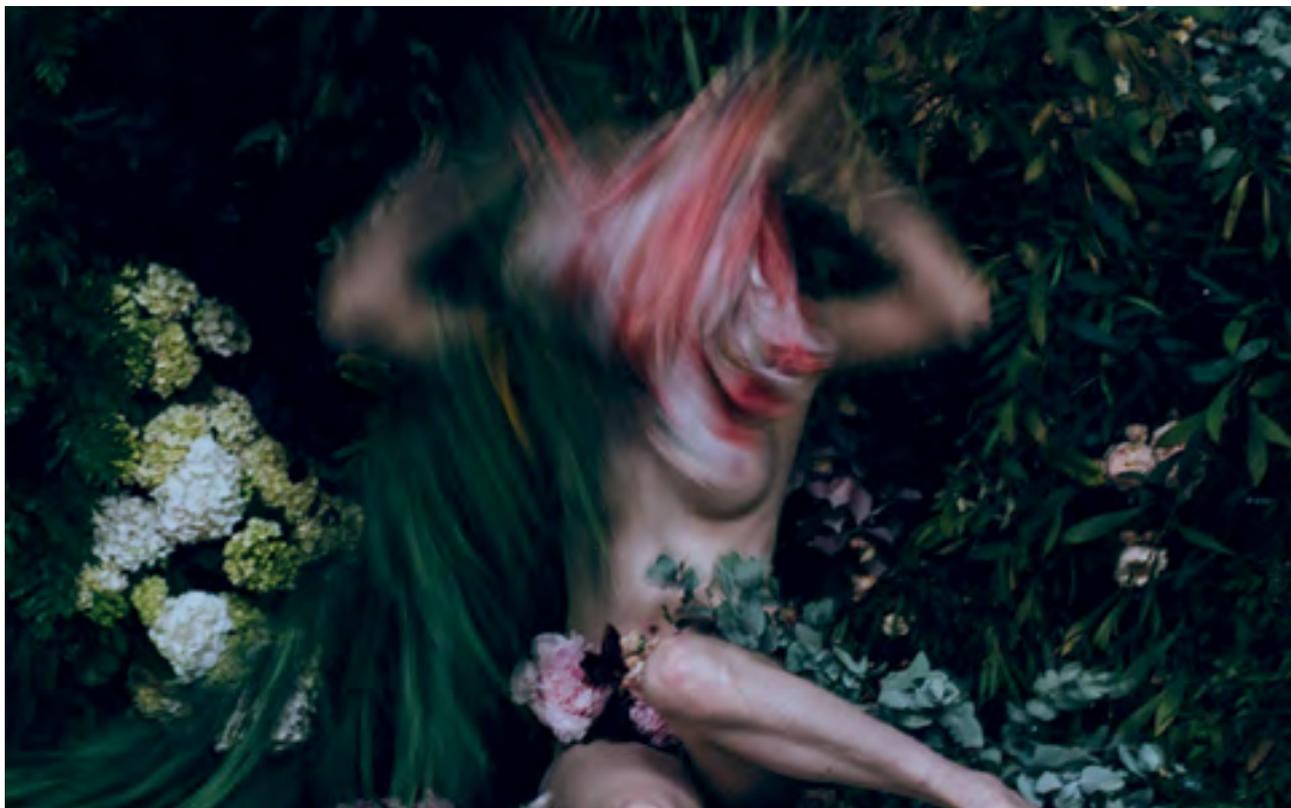
The Last Warrior – HQ independente, 2019

Maria Lua & Cia – Aventura das Estrelas – HQ da editora Conrad, 2021

The More Than Words – HQ independente, 2023







Crédito: Lisa Sorgini

Aya acordou quando a última estrela ainda guardava o rastro da noite em um céu azul-dourado alumiando, pelas frestas da floresta, os primeiros raios de sol. Lembrou de seu sonho, ainda na madrugada: uma mulher negra colhia flores de múltiplas cores sobre um chão batido de terra, as colocava no torço branco enlaçado em sua cabeça e, sorrindo, dançava em meio ao som de muitos tambores.

Era a festa de seu povo, uma saudação a Oxum, a deusa do encantamento e da diversidade de toda beleza. Todos no terreiro entoavam cantos e rezos em uníssono, quando, repentinamente, um estrondo atravessou o salão e nos segundos do disparo de uma arma, a gira inteira parou ao ver aquela mulher tombar sobre o chão.

Mesmo que, naquele instante, a angústia lhe tomasse o peito, a menina levantou da cama e prosseguiu em silêncio para cumprir os ritos matinais que eram de costume em sua comunidade. Para o povo de seu território ancestral, o ato de sonhar não é algo distante e intangível, ao contrário, o sonho revela acontecimentos profundos da realidade. Por isso, ao acordar, mesmo que de um pesadelo, era preciso agradecer e sentir a mensagem trazida, e mais, era preciso ritualizar o dia para conseguir enxergar além. Assim o fez: o primeiro gesto sagrado que deveria ser feito para despertar era mergulhar no furo do rio Tupinambá.

Caminhou mata adentro para alcançar as casas de palafitas sobre as águas barrentas, onde morava o seu avô Tião. Como de praxe, o velho já estava à sua espera, imerso no rio: sua pele parecia se confundir com a cor própria daquelas águas. Aya, vagorosamente, se aproximou, pediu a licença para chegar e a benção para falar. Com um engasgo no peito, no desaguar de uma lágrima, contou o sonho

ao seu mais velho. Naquele momento, parecia que todo o rio se movia junto à lágrima e o corpo da menina avançava junto à correnteza. Mergulhou. Quando retornou à superfície, seu avô lhe recebeu em um abraço e capturando-lhe os olhos, disse:

– O nosso povo é antigo, canta e resiste há muitas mortes, renasce há muitas vidas. Desde há muito, lutamos pelo o nosso direito de ser e existir como somos.

Mundiada pela maré, a garota sentia que, assim como no sonho, seu corpo se embalava no colo de mamãe Oxum:

– Vô, aquela mulher dança dentro de mim. Aquela mulher é meu corpo-território. Por que arrancaram sua vida?

Por debaixo do rio é fundo porque ele renasce desde dentro. Quando criança, era o que Aya escutava de seu avô, ao acompanhá-lo nas pescas da antemanhã. Era o tempo em que Tião lhe contava as histórias de um povo que habitava o reino das águas. É um povo encantado, dizia ele. São seres invisíveis que guardam o mistério do fundo. Com o avanço dos cascos de ferro e das máquinas que barram as águas que correm, esse povo vem sendo cada vez mais extinto. Assim como

ceifam o leito de um rio e a vida daqueles que nele moram, também o fazem impiedosamente com as negras nascentes fêmeas que cantam e dançam à Mãe d'Água.

– Talvez não haja resposta para tanta morte, minha neta. – respondeu o velho, encontrando com delicadeza as mãos de Aya e conduzindo-a à terra, prosseguiu: – O que eu posso dizer é sobre o que me indaga a vida: como continuas a mover o rio que corre e continua a existir dentro de ti?

O corpo franzino e molhado da menina foi tomado pela pergunta do ancião e, nesse instante, era como se todos os seus poros, vértebras e entranhas se espreguiçassem junto ao sol que se abrasava cada vez mais sobre o espelho d'água. Aya entremeou nos lábios um leve sorriso e, como se ouvisse a mesma cantiga do sonho se agigantar sobre o córrego, solfejou:

– Continuarei dançando!

Rodamoinho, peito largo, coração aberto feito braço de rio ao encontro da foz: a menina agora crescia ao confluir o corpo em dança com suas raízes diversas em seus troncos: múltiplas mulheres lhe transpassavam; ser água era sua própria forma de dançar e jorrar no contrafluxo da morte e do apagamento. Vozes ancestrais da terra preta que lhe ancoravam em seu lugar: a herança de seu povo era memória e força de pertencer.

– Re-existirei! – bradou agora a menina-mulher –, para que a dança de minhas antigas e antigos continuem a correr naquelas e naqueles que virão para habitar esse mundo, tal como um rio: negro, vivo e livre.

QUEM É MAYARA LA-ROCQUE?

Graduada em Letras com habilitação em língua francesa pela Universidade Federal do Pará, escritora, educadora e artista. Autora do livro artesanal *Atravessa a tua viagem* (2016) e do livro *Uma luminária pensa no céu* (Edições do Escriba, 2017), tem publicações em diversas antologias e trabalhos independentes na área da poética, artes plásticas, performance e audiovisual. É mediadora do curso *Escritas de si* e de outros laboratórios voltados para criação com a palavra.

DE OLHO NO SESC

GUIA ANTIRRACISTA

O combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva e uma jornada contínua. Preparamos um guia em que listamos informações e orientações para que você possa promover a conscientização, a fim de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Nesse documento, explicamos as leis relacionadas ao tema, as diferentes formas de racismo e suas consequências. Indicamos ainda como denunciar atitudes racistas.

Você sabia que o Sesc RJ tem um projeto de combate ao racismo e de promoção da educação antirracista? O projeto Consciências foi criado em 2022 com o objetivo de promover a discussão e a reflexão acerca dos temas e problemas relacionados à questão de raça e ao racismo estrutural brasileiro.



**O racismo é crime!
Encoraje a vítima a buscar ajuda e esteja sempre disposto a apoiar na construção de um ambiente mais inclusivo e respeitoso.
O combate ao racismo é uma responsabilidade coletiva.**

ACESSE O QR CODE E FAÇA
O DOWNLOAD GRATUITO DO GUIA
NA VERSÃO EM PORTUGUÊS,
INGLÊS OU ESPANHOL.



· G · U · I · A ·
ANTIRRACISTA





SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO - SESC

Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro
Rua Marquês de Abrantes, 99 - Flamengo
Rio de Janeiro/RJ - 22230-061

CONSELHO REGIONAL DO SESC DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Antonio Florencio de Queiroz Junior

DIRETORA REGIONAL

Regina Pinho

EFETIVOS

Alberto Machado Soares, Alex Bolsas, Andréa Marques Valença,
Antonio Lopes Caetano Lourenço, Bráulio Rezende Filho, Flávio Luis Vieira Souza,
Germano de Freitas Meiro Valente, Guilherme Braga Pires Neto, Igor Edelstein de Oliveira,
José Anibal dos Prazeres, José Essiomar Gomes da Silva, José Jorge Ribeiro Gomes,
Luiz Edmundo Quintanilha de Barros, Napoleão Pereira Velloso, Natan Schiper,
Oswaldo Luis Cordeiro Teles, Pedro José Maria Fernandes Wahmann, Sérgio Neto Claro

SUPLENTES

Adelson Vargas da Silva, Antônio de Pádua Alpino, Antônio José Ovinha Peres Osório,
Belmiro Carlos Nunes, Elaine Brito Rodrigues da Silva, Jeronimo Pereira dos Santos,
Jorge Guilherme Aida Aiex, José Carlos Corrêa, Levi Moreira de Freitas,
Maxmilliam Lamoglia de Freitas, Nazra Corrêa da Silva Simão, Nestor Porto de Oliveira Neto

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

EFETIVOS

Antonio Florencio de Queiroz Junior,
Natan Schiper, Pedro José Maria Fernandes Wahmann

SUPLENTES

Alberto Machado Soares,
Andréa Marques Valença, Napoleão Pereira Velloso



REVISTA
humanas